

Diana Carolina Gonçalves dos Santos

2º Ciclo de Estudos em  
Tradução e Serviços Linguísticos

Tradução jornalística em Portugal:  
contexto atual e perspetivas de futuro

2012

Orientador: Professor Doutor Thomas Hüsgen

Classificação Quinze valores

Dissertação

Versão definitiva

*“Translating is like solving puzzles”*

Richard Zimler

*“O conhecimento é a única felicidade garantida”*

Milan Rados

## Índice

<b>Índice</b> .....	<b>3</b>
<b>Agradecimentos</b> .....	<b>5</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>6</b>
<i>Abstract</i> .....	7
<b>1. Introdução</b> .....	<b>8</b>
1.1. <i>Objetivos e hipóteses colocadas</i> .....	10
1.2. <i>Métodos e procedimentos</i> .....	11
<b>2. Breve história do jornalismo português</b> .....	<b>12</b>
2.1. <i>Das primeiras experiências ao papel na revolução liberal</i> .....	12
2.2. <i>Dos ideais republicanos ao Estado Novo</i> .....	13
2.3. <i>Do 25 de Abril à atualidade</i> .....	15
2.4. <i>A história do Jornal de Notícias</i> .....	15
2.5. <i>A história do Público</i> .....	16
2.6. <i>A história da Agência Lusa</i> .....	17
<b>3. O ensino do jornalismo na cidade do Porto</b> .....	<b>18</b>
<b>4. A notícia: do Paradigma de Lasswell ao ruído provocado pela tradução</b> .....	<b>20</b>
4.1. <i>Regras do discurso jornalístico</i> .....	21
4.2. <i>Fatores que podem influenciar interpretação das fontes</i> .....	23
4.3. <i>Exemplificação de problemas de tradução jornalística</i> .....	25
<b>5. A relação indissociável entre línguas e tradução</b> .....	<b>27</b>
<b>6. Características da tradução jornalística</b> .....	<b>29</b>
<b>7. Meios de comunicação de partilha</b> .....	<b>31</b>
<b>8. Tradução jornalística: breve análise do panorama internacional comparado com o português</b> .....	<b>35</b>
<b>9. O caso português: o processo tradutivo em três <i>media</i> nacionais</b> .....	<b>38</b>
9.1. <i>A tradução jornalística no Jornal de Notícias</i> .....	39
9.2. <i>A tradução jornalística no Público</i> .....	40
9.3. <i>A tradução jornalística na Agência Lusa</i> .....	41
<b>10. Inquérito a jornalistas portugueses – motivação e exposição de resultados</b> ....	<b>42</b>

<b>11. Conclusões.....</b>	<b>46</b>
11.1 <i>Confirmação das hipóteses colocadas.....</i>	46
11.2 <i>Perspetivas de futuro.....</i>	47
<b>12. Referências .....</b>	<b>50</b>
12.1 <i>Bibliografia.....</i>	50
12.2 <i>Documentos eletrónicos.....</i>	50
12.3 <i>Websites.....</i>	51
<b>13. Anexos .....</b>	<b>53</b>
13.1. <i>Anexo 1 - Entrevista a Prof. Rui Centeno, Diretor do Curso de Ciências da Comunicação – Jornalismo, Assessoria e Multimédia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.....</i>	53
13.2. <i>Anexo 2 - Entrevista a Alfredo Leite, diretor adjunto do Jornal de Notícias.....</i>	57
13.3. <i>Anexo 3 - Entrevista a Fernando Zamith, Professor Auxiliar do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Membro da Direção da Unidade de Investigação CETAC.MEDIA, Coordenador do Observatório do Ciberjornalismo, Jornalista da Agência Lusa.....</i>	61
<i>Anexo 4 - Respostas ao inquérito feito a jornalistas em 2010.....</i>	62

## Agradecimentos

Ao Prof. Doutor Thomas Hüsgen, pela sua paciência, e por partilhar a sua sabedoria comigo.

Aos restantes professores do MTSL, por compreenderem a necessidade e a dificuldade de manter dois empregos e estudar ao mesmo tempo.

A todos aqueles que me disseram, ao longo destes dois anos: “Tu consegues!”.

À Diana de Babo, pelo apoio direto no Mestrado e pelos telefonemas sem nexos que sabem sempre bem.

À Patrícia Posse, por ser uma amiga sempre presente.

À Patrícia Rocha, por nunca me deixar desistir.

À Isabel, ao Aníbal, à Floripes e ao Nico, por me tratarem como se eu fosse da família.

À minha família, por me ter educado e por valorizar as minhas escolhas.

Ao William, por me lembrar que a humanidade não existe só nos homens.

Ao Pedro, por estar sempre ao meu lado.

À minha Mãe, Helena, por ser um ombro amigo e por me ensinar que a busca pelo saber nunca pode terminar.

## Resumo

O jornalista tem o dever de informar a sociedade sobre factos e acontecimentos. No exercício da sua profissão, lida frequentemente com conteúdo noutras línguas, conteúdo esse que constitui a sua fonte e pode tratar-se de informação de outros meios de comunicação, protagonistas e organismos oficiais. Hoje em dia, devido à rapidez da comunicação e à exigência crescente do público por notícias imediatas, o jornalista tem a necessidade de aceder à informação mais rapidamente, o que implica cada vez mais aceder a fontes de notícia na sua língua original. Por isso, o trabalho jornalístico passa também pela tradução de conteúdos, que não se limita à correspondência de informação entre a língua original e a língua do jornalista, mas engloba também uma adaptação de conteúdos segundo critérios como a audiência e o tipo de *medium*.

Esta situação – e responsabilidade – faz com que seja importante falar de tradução jornalística e da situação da mesma em Portugal. É relevante saber qual o contexto atual desta prática e sugerir soluções de futuro, porque a rapidez do fluxo de informação faz com que a tradução tenha cada vez mais importância numa redação, mas também com que tenha cada vez menos intervenção por parte de tradutores profissionais.

**Palavras-chave:** Tradução jornalística, tradução de imprensa, notícia traduzida, tradutor na redação

**Abstract**

The journalist has the duty to inform the society about facts and events. In his job, he constantly deals with material in foreign languages that constitute his source, and it might be information from other media, protagonists and official institutions. Nowadays, due to the speed of communication and the growing demand for breaking news, the journalist needs to reach the information faster, which implies using sources in their original languages. Therefore, the journalistic tasks include translation that, on its turn, goes way further than finding correspondence between source and target languages, encompassing the adaptation of content according to criteria such as audience and type of medium.

This situation – and responsibility – makes it important to talk about news translation and its situation in Portugal. It is relevant to know about the current status of this practice and propose solutions for the future, because the speed of information makes the translation more and more important in the newsroom, while it benefits less and less from the intervention of professional translators.

**Keywords:** news translation, press translation, translated article, newsroom translator

## 1. Introdução

A tradução é a “substituição da representação de um texto numa língua pela representação de um texto equivalente noutra língua” (Spencer & Wilson, in Bell, 1991, p.14).

No entanto, definições como esta são redutoras; o ato de traduzir vai além do tratamento e procura de equivalências no material linguístico – vulgarmente denominado de “texto”. De facto, como lembra Slack (1987, in Bell, 1991, p.14) a equivalência, conceito sempre associado à tradução e alvo de intermináveis discussões, pode existir – ou não – a vários níveis, nomeadamente contexto, semântica, gramática e léxico. Mas existem ainda questões culturais que podem ser chamadas a uma definição de tradução, ou, numa abordagem oposta, pode ainda falar-se de globalização, também matéria de grandes debates e cada vez mais longe de consenso.

Nos últimos anos, tem sido frequente ouvirmos falar do conceito de “aldeia global”, e esse conceito é comumente associado a uma aproximação entre os vários mundos dentro do mundo, isto é, uma partilha de culturas. Na verdade, esta associação é um tanto falaciosa, porque não existe uma verdadeira partilha de culturas – existe, sim, uma maior divulgação de elementos culturais, nomeadamente línguas, tradições e histórias. É cada vez mais fácil e rápido estarmos ligados uns aos outros e ao mundo, mas, na verdade, talvez nunca exista uma verdadeira partilha de culturas.

Além disso, o facto de partilharmos informação não significa que partilhemos conhecimento: a quantidade crescente de informação disponível, bem como de meios para aceder a ela, não são sinónimo de qualidade de informação. Aliás, cada vez mais perdemos o controlo sobre a informação que obtemos e que partilhamos, devido à sua dispersão.

O ser humano tem uma necessidade constante de comunicar: as gravuras rupestres e a cerâmica decorada do Império Romano são apenas alguns exemplos dessa necessidade, que era expressa mesmo quando não havia alfabeto ou papel, e muito menos computador. Essa necessidade fez surgir também documentos que se perpetuaram ao longo dos tempos, como a Bíblia, e fez surgir dois ofícios ao longo da história que, apesar de diferentes, têm em comum esta ânsia de partilha de informação: a tradução e o jornalismo.

É um tanto ingrato fazer comparações entre duas profissões, apesar de terem

características em comum. Nenhuma pode ser considerada melhor que a outra, ou mais difícil que a outra, mas por vezes torna-se necessário analisar a relação entre duas profissões, e as interferências que podem existir entre ambas.

*Both have a socio-cultural responsibility which goes beyond the production of immediate and short-life texts. For both professions, to learn how to learn, to know how to know is more important than just to acquire knowledge; for both, to be capable of rapid decision-making and self-evaluation is also important. (Gambier 2006, in Translation in Global News, p. 15)*

No caso da tradução e do jornalismo, poderá argumentar-se que existe maior dependência da segunda em relação à primeira porque, se o jornalista depende das capacidades próprias de um tradutor para fazer o seu trabalho, o tradutor tem de se adaptar aos temas – e respetivos procedimentos – em que está a trabalhar, podendo adotar e/ou beneficiar de rotinas típicas do jornalismo, ou dispensar completamente o seu conhecimento. Neste sentido, pode inferir-se que existe maior interferência da tradução no jornalismo do que a situação inversa, e essa interferência remonta ao tempo em que nenhuma das profissões agora tratadas tinha os contornos atuais, não existindo mesmo como profissão. Afinal, são dois ofícios ligados a exercício intelectual, que durante muito tempo, no mundo ocidental, estava reservado a funcionários religiosos e outras classes privilegiadas. Seja como for, é certo que os antigos “jornalistas” e “tradutores” eram diferentes. Os serviços de tradução estavam mais próximos daquilo que hoje apelidamos de interpretação, devido à prevalência da tradição oral, e as rotinas jornalísticas baseavam-se muito mais na veiculação de informação que interessava às classes poderosas, independentemente de ser verdadeira ou não, pelo que se aproximava mais da propaganda.

Ambas as profissões têm, como se vê, uma longa história, mas essa longevidade causa problemas na explicação da sua evolução. Afinal de contas, como assinala Judith Woodsworth (in Baker, Communication Theory), no caso da tradução, é possível analisar esta profissão do ponto de vista da atividade, do produto final, da teorização e do ensino, pelo que cada análise histórica resultaria diferente, e o mesmo se passa com o jornalismo.

Mas, se na tradução existem alguns conceitos essenciais que permitem fazer uma

análise de pontos comuns, como a equivalência ou as unidades de tradução, o jornalismo também permite uma análise deste tipo, e o seu ponto central é a notícia.

A notícia é uma “informação sobre algo ou alguém; novidade, conhecimento”, um “relato sobre um acontecimento atual e de interesse público, difundido pelos meios de comunicação social”, uma “exposição breve de um tema ou de uma ocorrência” – e estas são apenas algumas das definições disponíveis no dicionário (Porto Editora).

Nas próximas páginas, a notícia vai ser tratada como um acontecimento difundido pelos meios de comunicação social (adiante designados como *media*), quer sejam eles tradicionais ou não, o que, no último caso, significa que fazem parte de novas formas de difusão de notícias, que serão explicitadas adiante. Mas, mais do que isso, as próximas páginas vão abordar a tradução de notícias: o que se traduz? Quem traduz? Como traduz?

### **1.1. Objetivos e hipóteses colocadas**

O objetivo deste trabalho é verificar qual a influência da tradução na profissão do jornalista português, e concluir sobre a pertinência de os jornalistas terem maior formação em tradução, ou de atribuírem parte do seu trabalho a tradutores.

Foram colocadas quatro hipóteses iniciais:

- o trabalho de tradução jornalística é muito associado (quase exclusivamente) aos conhecimentos de línguas;
- a tradução jornalística em Portugal é pobre, porque não é dada suficiente atenção a esta questão;
- os jornalistas portugueses não têm formação suficiente para fazer trabalhos de tradução adaptados ao seu trabalho, e provavelmente não têm noção dessa realidade;
- os jornalistas nem sempre dispõem de condições adequadas para executar trabalhos de tradução convenientemente, carecendo essencialmente de tempo e/ou de meios.

## 1.2. Métodos e procedimentos

Neste sentido, será feita uma breve análise do contexto português, no sentido de compreender qual é a realidade dos meios de comunicação nacionais. Concretamente, serão estudados três importantes meios de difusão de notícias, com três características diferentes: um jornal generalista com uma longa história (Jornal de Notícias), um jornal de referência nascido já perto do final do século XX (Público) e a única agência noticiosa do país oficialmente reconhecida pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social (2012), a agência Lusa. Do estudo foram excluídos outros tipos de *media* importantes, nomeadamente a televisão, mas o horizonte temporal do projeto obrigou à escolha que foi, efetivamente, feita. Além disso, a imprensa é o meio de comunicação com maior tradição em Portugal, e as agências noticiosas, de uma forma geral, são responsáveis por conteúdos perante todos os outros *media*, factos que se consideram suficientes para a presente seleção.

Será, igualmente, feita uma pequena análise do papel dos **meios de comunicação de partilha**, não pelo seu papel intrínseco no processo noticioso, mas sim pela forma como influenciam os restantes media.

Considerou-se ainda pertinente fazer uma breve análise da formação dos jornalistas portugueses, pelo que foi obtida a opinião de um responsável por um curso de comunicação, que foi questionado sobre a importância dada à relação entre jornalismo e tradução na oferta formativa no seio da Universidade do Porto.

Para o propósito deste estudo, era também importante dar voz aos jornalistas portugueses, pelo que foi elaborado um pequeno inquérito, feito aos mesmos por via eletrónica, em que também foi possível obter as suas opiniões, mas também concluir sobre a confirmação ou refutação das hipóteses colocadas.

## 2. Breve história do jornalismo português<sup>1</sup>

A história do jornalismo português remonta ao século XVI, altura em que está documentada a existência de vários documentos, manuscritos ou rudimentarmente tipografados (recorde-se que a imprensa foi inventada em 1440 por Johannes Gutenberg), que versavam principalmente sobre questões militares ou desastres naturais.

A primeira lei da imprensa em Portugal data de 1627 (reinado de D. Filipe III) e estabelecia já censura no país, obrigando a que as diversas “publicações” fossem distribuídas clandestinamente.

A génese e o desenvolvimento dos meios de comunicação deve-se, em grande parte, à existência de conflitos de vária ordem, que criavam a necessidade de divulgar informação sobre vencedores e vencidos, questões administrativas (poder sobre os territórios) e ainda sobre o estado das tropas. Em Portugal, vários foram os acontecimentos que, por um lado, tiveram grande repercussão na comunicação social, e, por outro, beneficiaram dela. Para o primeiro caso, pode mencionar-se o regicídio e, para o segundo, a Revolução do 25 de Abril – e estes são apenas dois exemplos da História recente.

### 2.1. Das primeiras experiências ao papel na revolução liberal

António de Sousa Macedo (1606-1682) é considerado o primeiro jornalista português, muito devido ao estilo que adotava nos seus textos, que era “conciso”, de “ampla cultura e vontade de dar informação de vários pontos de vista”. Já no seu tempo, o jornalismo tinha carácter político, e, durante algum tempo, as publicações viram-se na necessidade de obter apoio estatal para vingarem, o que, naturalmente, deixa espaço para nos questionarmos sobre a isenção da informação veiculada.

O primeiro jornal diário do país remonta ao período das Invasões Francesas; o *Diário Lisbonense* foi publicado entre 1809 e 1813. No mesmo período, outros jornais passaram a ter tiragem diária, e todos eles eram impressos na Impressão Régia.

A evolução da imprensa portuguesa foi feita ao sabor dos conflitos políticos e

---

<sup>1</sup> Baseada em Rodríguez e Rocha, 1994

ideológicos do país; durante as Invasões Francesas, Ingleses e Franceses disputavam os afetos lusos através de várias publicações. Chegou mesmo a haver “órgãos oficiais”, se assim podem chamar-se: a *Gazeta de Lisboa* e o *Diário do Porto* encontram-se neste grupo. Depois deste período, os Portugueses emigraram em busca das ideias liberais deixadas pela influência gaulesa, procurando, sobretudo, a Inglaterra. Foi nesta altura que surgiram várias publicações novas – emigrantes e vanguardistas, à semelhança dos seus criadores. Foram conhecidas, entre outros aspetos, pela contestação da monarquia, da censura e da corrupção. Todavia, serviam outros interesses, nomeadamente dos grupos poderosos que apoiavam a sua publicação em troca de um veículo de difusão das suas ideias. Foi nesta altura que o Governo reconheceu, pela primeira vez, a liberdade de expressão, o que, naturalmente favoreceu o surgimento de novas publicações.

No entanto, a revolução liberal trouxe de novo a censura e uma acesa disputa entre absolutistas e liberais pela manipulação da informação. E, como a instabilidade política continuou mesmo depois do fim da guerra entre D. Pedro e D. Miguel, o jornalismo continuou a beneficiar das disputas ideológicas, em que todas as partes ansiavam por divulgar mais informação à população.

E, como a instabilidade política continuou mesmo depois do fim da guerra entre D. Pedro e D. Miguel, o jornalismo continuou a beneficiar das disputas ideológicas, em que todas as partes ansiavam por divulgar mais informação à população. Na mesma altura, foi estabelecida a liberdade de imprensa (1834), que, no entanto, viria a ser novamente condicionada com a “Lei da Rolha” (1850). Esta última permitia ao governo multar e prender jornalistas, se considerasse que a sua atividade ou a do seu jornal interferia na ordem pública, mas, felizmente, durou apenas um ano.

## **2.2. Dos ideais republicanos ao Estado Novo**

Ainda no século XIX, Portugal abriu-se um pouco mais ao mundo: passou a ter telégrafo e caminho-de-ferro. Estava dado um primeiro passo para a melhoria da comunicação em geral, e do jornalismo em particular. As publicações deste período procuravam ser cada vez melhores e únicas, para se destacarem entre os seus pares. É nesta altura que surge o *Diário de Notícias*, que ainda existe hoje em dia e pertence ao mesmo grupo de comunicação que o *Jornal de Notícias*, a *TSF* e *O Jogo*, a *Controlinveste*. Este

jornal é importante, entre outros aspetos, porque foi o primeiro de venda ambulante no país, e também um dos que mais cedo tiraram partido da publicidade para se financiar, conseguindo assim reduzir o preço cobrado ao leitor. Além disso, a sua tiragem elevada para a época (26 000 exemplares diários, não muito inferiores aos 40 000 atuais) permitiu que fosse dos primeiros a utilizar uma rotativa, e, também, a utilizar a linotipia. O *Diário de Notícias* e outra imprensa informativa que foi surgindo nesta altura, apoiados por uma crescente rede de comunicação, promoveram não só o acesso à informação, mas também uma melhor formação cultural, muito importante num país que tinha – e tem ainda – elevados níveis de analfabetismo (Portugal Continental – 73% em 1900, 9,03% em 2001 – dados do Instituto Nacional de Estatística).

Na viragem do século, proliferavam em Portugal os desejos de mudança de regime, muito influenciados pelo resto da Europa, que aos poucos vinha abandonando os regimes exclusivamente monárquicos. Mais uma vez, a imprensa teve um papel fundamental na divulgação desta nova ideologia política, e chegaram mesmo a existir publicações que eram propriedade do próprio Partido Republicano Português. Na mesma época, começavam a ter sucesso publicações operárias – era a génese da imprensa especializada.

A Implantação da República, a 5 de outubro de 1910, trouxe consigo mudanças no panorama jornalístico, concretamente legislação que proibia a censura. No entanto, até bem perto do final do século XX, esta viria a ser utilizada várias vezes, nomeadamente durante as duas guerras mundiais e o Estado Novo, sendo que, neste último período, todas as publicações, de qualquer natureza, eram sujeitas a verificação por parte do Estado. Durante a vigência deste regime, a Constituição previa a liberdade de expressão, mas também previa a intervenção direta do Estado nessa liberdade, com o objetivo de “salvaguardar a integridade moral dos cidadãos” (Constituição de 1933, Título II, art.<sup>os</sup> 4.º e § 2.º, Decreto 22:241, de 22-02-1933). Ou seja, toda a informação que circulava tinha de estar conforme a ideologia do regime, pelo que não existia neutralidade ou pluralidade de pontos de vista, como requerem as boas práticas jornalísticas.

Mas o controlo não se restringia à informação publicada: o regime de António de Oliveira Salazar chegava mesmo a controlar as deslocações dos jornalistas. No entanto, é digna de destaque a criação daquela que é hoje a *Radiotelevisão Portuguesa (RTP)*, em 1957, que viria revolucionar o mundo da informação e do entretenimento no país.

### 2.3. Do 25 de Abril à atualidade

A liberdade de expressão como a conhecemos hoje foi estabelecida na Constituição de 1976, pelo governo do General Ramalho Eanes. A ditadura acabara então há dois anos, a 25 de Abril de 1974, e, após alguma agitação política decorrente da mudança de regime, tornava-se necessário estabelecer novas regras neste campo, condizentes com aquela mudança. Neste sentido, foi criada legislação específica para a imprensa, os jornalistas e a publicidade, mas, em contrapartida, a maioria dos media foi nacionalizada, salvo raras exceções.

Os anos 80 e 90 foram palco do nascimento e desenvolvimento de muitos meios de comunicação social. Entre eles, destacam-se o *Correio da Manhã* (fundado ainda em 1978), a *TSF* (1989), a *SIC* (1992) e a *TVI* (1993).

Aníbal Cavaco Silva, Primeiro-Ministro entre 1987 e 1995, foi responsável pela reprivatização da imprensa, excetuando a *RTP*, a *RDP* e a agência *Notícias de Portugal* (atual *Agência Lusa*). Hoje em dia, porém, discute-se a privatização da televisão pública, devido aos problemas financeiros da mesma, que se agravaram nos últimos anos com a concorrência dos canais privados, e também da televisão por cabo.

No que diz respeito à liberdade de expressão, pode dizer-se que ela existe em pleno, embora o poder político continue a tentar controlar disfarçadamente os meios de comunicação social, e estes se queixem constantemente de ameaças a essa mesma liberdade.

### 2.4. A história do Jornal de Notícias

O *Jornal de Notícias (JN)* nasceu a 2 de junho de 1888, na cidade do Porto, onde ainda está sediado, apesar de contar com uma filial importante em Lisboa. No início, publicava quatro páginas, um número bem diferente das 40-50 de hoje, e resultante de um formato radicalmente diferente do original.

O seu primeiro diretor foi José Diogo Arroio (1854-1925), e as primeiras tiragens aproximavam-se dos 7500



Figura 1 - 1.ª edição do JN

exemplares, muito aquém dos 80 475 de 1995 e dos 98 478 de maio-junho de 2012, mas ainda assim bastante significativos para a época. Foi, desde o início, um jornal generalista que, mesmo sendo nacional, defendia os interesses do Norte, filosofia que reforçou recentemente com a tomada de posse do diretor atual, Manuel Tavares. Desde sempre considerado um jornal popular, o JN teve sempre grande expressão, que cresceu ainda mais após a Revolução dos Cravos, altura em que passou a ser o jornal com maior adesão no país (Porto Editora). Mais tarde, foi responsável pela criação do desportivo *O Jogo* (1985), à época um suplemento, e hoje uma publicação independente, propriedade do grupo Controlinveste, à semelhança do próprio JN.

O *site* deste jornal não contém conteúdos traduzidos.

## 2.5. A história do Público

O jornal *Público* é considerado um jornal de referência, devido aos temas escolhidos, reportagens, artigos de fundo e atenção ao pormenor, nomeadamente o cuidado com a indicação do conteúdo atualizado nas notícias, bem como a hora da atualização (na versão online). Apesar da qualidade, tem relativamente poucos leitores, facto que se deve, precisamente, ao nível da linguagem e aos conteúdos, mais sérios e elaborados que os dos jornais generalistas.

Este jornal foi fundado em 1989, e desde a sua fundação é propriedade do grupo Sonae (não exclusiva). O seu primeiro diretor, Vicente Jorge Silva, teve a tarefa de liderar um jornal com várias inovações: o tratamento aprofundado de um assunto por dia, um grafismo inovador e um formato de impressão típico dos jornais tabloides (mais pequeno do que o dos jornais generalistas), apesar de pretender impor-se como jornal de referência. A tiragem do *Público* nunca foi extraordinária e tem vindo a diminuir ao longo do tempo: em 1995 imprimia cerca de 59 000 exemplares, e hoje não vai muito além dos 46 000 (dados da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens).

A atual diretora, Bárbara Reis, lidera hoje um jornal que, apesar de se ver a braços com uma diminuição de vendas, tem sempre algo a ensinar a outros *media* nacionais. Prova



Figura 2 - 1.ª edição do Público

disso é, por exemplo, o projeto P3, um site de informação que resulta da colaboração entre “jornalistas, alunos e profissionais de várias disciplinas” que pretende ser uma plataforma de inovação e cultura (P3).

O Público é também conhecido por ter sido o primeiro *medium* português a publicar o seu livro de estilo, que também está disponível para consulta permanente ([http://static.publico.pt/nos/livro\\_estilo/](http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/)). Nota para o facto de o seu site, à semelhança do JN, não ter conteúdos traduzidos.

## 2.6. A história da Agência Lusa

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal foi fundada em 1986 sob o nome de Agência Lusa de Informação, CIPRL. Surgiu em consequência da extinção das duas agências que existiam anteriormente, a ANOP (Agência Noticiosa Portuguesa) e a NP (Notícias de Portugal).

Estas duas agências tinham sido criadas após o 25 de abril, com o objetivo de extinguir as agências associadas ao regime salazarista e criar uma empresa pública que pudesse contribuir para a “consolidação do processo democrático” (Silva, 2002, p.7).

Como todas as agências, a Lusa não tem como missão preferencial dar as notícias diretamente, mas sim disponibilizar informação que sirva de base aos outros *media*. Além de transmitir a informação em português aos *media* nacionais, tem também um serviço noticioso para o estrangeiro, a *LusaNews*, que tem como objetivo transmitir as notícias do mundo lusófono aos *media* internacionais, e a prestação de serviço público no que diz respeito à informação. Além de informação escrita, a Lusa disponibiliza vídeos, fotografias e *press releases*, embora parte deste conteúdo esteja apenas disponível para clientes da agência.

O site da agência está disponível em Português e Inglês, sendo que a tradução não inclui apenas as notícias, mas também uma pequena história da empresa e informação financeira. Em Português, a Lusa disponibiliza também documentos úteis como o livro de estilo, o prontuário da agência e o código deontológico dos jornalistas.



Figura 3 - Logotipo atual da agência Lusa

### 3. O ensino do jornalismo na cidade do Porto

Houve épocas em que não havia ensino jornalístico formal em Portugal; era comum estes profissionais não terem formação específica ou, quando a tinham, era frequentemente na área do Direito, porque se considerava que esta formação era sinónimo de melhores capacidades de comunicação, especialmente escrita.

Hoje em dia, existem vários cursos superiores vocacionados para a comunicação, e para o jornalismo em particular, e um dos mais importantes na última década tem sido, indubitavelmente, o curso de Ciências da Comunicação – Jornalismo, Assessoria e Multimédia da Universidade do Porto (CC-JAM). Este curso, criado no ano letivo de 2000/2001 com o nome de Jornalismo e Ciências da Comunicação, é ainda hoje fruto de uma parceria entre as Faculdades de Letras, Belas Artes, Engenharia e Economia da Universidade do Porto.

Desde a sua origem, este curso esteve sempre vocacionado para várias áreas da comunicação, beneficiando da parceria supra referida e também de uma constante ligação ao mundo real das suas áreas de conhecimento, em particular o mundo profissional do jornalismo. No entanto, apesar do seu prestígio e da sua qualidade intrínseca, CC-JAM sempre teve carências, que eram notadas por alunos e docentes, e que são parcialmente aproveitadas para este estudo. Uma dessas carências foi o ensino de línguas vivas: a única disciplina neste âmbito era o Inglês, que terminou com a implementação do plano de estudos adaptado ao processo de Bolonha, e, mesmo assim, tratava-se de uma disciplina opcional. Naturalmente, também não existia – nem existe – nenhuma disciplina relacionada com a tradução, que, para existir, teria de ser complementada com o ensino de, pelo menos, uma língua viva.

Rui Centeno, diretor de CC- JAM (Licenciatura e Mestrado) até 2011/2012 comentava precisamente esta situação, em novembro de 2010, afirmando que, no modelo atual do curso, não havia espaço para o ensino de “competências específicas em determinadas áreas”. Defendia também, nas mesmas declarações, que os estudantes do ensino superior e os jornalistas devem estar preparados para ter um conhecimento de línguas suficiente para o exercício da sua profissão, concretamente os alunos de jornalismo: “Têm que saber línguas porque a sua profissão obriga a isso, têm de ler informação em línguas estrangeiras e têm que

contactar pessoas de outras línguas (...)

Por outro lado, Rui Centeno admitia a necessidade de existir uma boa tradução jornalística e jornalistas com formação nesta matéria, mas distinguia o trabalho quotidiano do jornalista e a “tradução profissional”, que defendia ser feita por tradutores. Lembrava ainda que, antes de saber traduzir, um jornalista deve conhecer bem a sua própria língua, o que nem sempre acontece: “Sabemos que as coisas escritas em português pelos jornalistas, na maioria dos casos, também não tem qualidade nenhuma. (...) O fundamental é as pessoas saberem escrever”.

Este responsável mencionou ainda que, nas jornadas de avaliação do curso (que decorrem periodicamente, com a participação de várias entidades, desde a direção do mesmo, passando por docentes e alunos, mas também pela colaboração de especialistas externos) se referiu a necessidade cada vez maior de os jornalistas terem uma boa cultura para exercer a sua profissão, e esta é mais uma característica que os une aos tradutores.

De referir ainda que, na opinião do antigo diretor de CC-JAM, alguns órgãos de comunicação têm mais necessidade de um tradutor na redação do que outros. Referiu o caso das agências, que lidam com “peças assinadas pelo estrangeiro” e, por isso, precisam de apresentar “uma tradução bem feita”, beneficiando por isso da colaboração de um ou mais tradutores.

#### 4. A notícia: do Paradigma de Lasswell ao ruído provocado pela tradução

Para se compreender o jornalismo e a importância da tradução nesta atividade, é naturalmente importante compreender o tipo de texto de que se fala.

A base do texto jornalístico (escrito ou falado) é, claro está, a notícia.

A notícia, género básico do jornalismo, é um "bem construído" (Fernando Cascais, *in* Fontcuberta, 2002, p.7). Isto significa que, quando temos uma notícia, temos acesso a determinados factos e acontecimentos, mas estes já foram alterados, porque foram interpretados e representados de forma a adaptar-se a determinados meios e públicos. A este propósito, são relevantes as palavras de Yves Gambier (2006, p.9): "Os textos dos *media* não são apenas um espelho da realidade, mas também constroem versões da mesma" [minha tradução].

Não há forma exata de definir uma notícia, porque até mesmo o enquadramento neste tipo de texto obedece a critérios subjetivos: existe sempre alguém que define se determinado acontecimento é notícia ou não. Por outro lado, os acontecimentos só se tornam notícia quando são divulgados, pelo que os contornos do conceito se tornam ainda mais difusos.

A notícia é um ato de comunicação. Harold Lasswell (1902-1978) ensina-nos, através do paradigma homónimo, de 1948, que a comunicação é um processo em cinco passos: alguém (Comunicador) diz alguma coisa (Mensagem) a outra pessoa (Recetor) através de um determinado canal (Meio) e com um determinado objetivo (Efeito). Se pensarmos na forma como este paradigma se aplica à tradução, concluímos que os dois primeiros passos correspondem ao conceito que em tradução se apelida de língua de partida e os três últimos ao conceito de língua de chegada. No entanto, Lasswell não considerou a existência de dois fatores que interferem no ato de comunicação: o feedback (resposta do recetor à mensagem do emissor) e o ruído (interferências no processo de comunicação), deixando passar a impressão de que o emissor é ativo e o recetor é passivo (Santos, 1992, p.23).

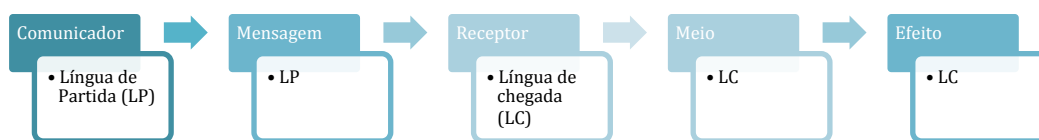


Figura 4 - Paradigma de Lasswell aplicado à tradução

Para o propósito do presente estudo, importa falar do ruído na comunicação, isto é, de elementos que interferem no ato. Entre eles, está a tradução, como se verá adiante.

No dia-a-dia, o jornalista lida com várias fontes em línguas estrangeiras: agências (por exemplo, Reuters, France Presse, Associated Press, EFE), outros media (BBC, Al Jazeera, CNN...), protagonistas (indivíduos e/ou instituições) e organismos oficiais (Governos, ONU, ONGs, etc.). Por isso, é frequente o jornalista a necessidade de interpretar informação em línguas alheias à sua, muitas vezes com pouca ou nenhuma ajuda, e é aqui que o ruído começa. Nesta fase, é importante ter bons conhecimentos de línguas, mas também de contextos e culturas.

À partida, espera-se que o jornalista esteja familiarizado com todas estas questões, mas, como é óbvio, nem todos os jornalistas têm formação e/ou sensibilidade suficiente para lidar com elas. Além disso, o tempo disponível é, na maioria das vezes escasso, facto que também pode interferir na qualidade do produto final. Depois da interpretação da informação original, o jornalista deve transpô-la para a língua do seu *medium*, e nesta fase o ruído da comunicação aumenta, porque nela intervêm vários fatores: a interpretação previamente mencionada, a tradução propriamente dita de informações-chave, e ainda a explicação do contexto dos factos, que é muitas vezes necessária e, além disso, carece de adaptação ao público-alvo do *medium*.

#### 4.1. Regras do discurso jornalístico

Por outro lado, o discurso jornalístico tem regras, mais ou menos rígidas conforme o meio de comunicação em questão. De acordo com Mar de Fontcuberta (2002), existem 5 critérios do discurso jornalístico tradicional: atualidade, novidade, veracidade, periodicidade

e interesse público. Ora, hoje em dia, é possível questionar todos eles, ou melhor, questionar a sua aplicação, exceto, talvez, o primeiro, que se tornou cada vez mais importante com o desenvolvimento e sobrevivência dos meios de comunicação.

De facto, cada vez é mais fácil inteirarmo-nos dos acontecimentos logo depois de acontecerem e, em alguns casos, enquanto acontecem. A culpa é, em grande parte, da Internet, mas também da maior rapidez de outros meios de comunicação, como o satélite, e da diminuição dos preços de certas formas de comunicação, fruto do seu desenvolvimento e massificação, como é o caso dos telemóveis.

*Os conteúdos passaram a estar permanentemente disponíveis e livres das condicionantes temporais e espaciais, o que possibilitou a aproximação entre pessoas de todo o mundo e o alargamento do espaço comunicativo. (Posse, 2011, p.1-2)*

No que diz respeito à **novidade**, que Fontcuberta refere ser um conjunto de factos que se afastam da rotina quotidiana, é um conceito permeável, porque depende em grande parte do contexto em que acontecem os factos em questão. Por exemplo, a notícia do avistamento de um canguru num bosque português seria certamente publicável, mas se o mesmo facto acontecesse na Austrália, certamente ninguém olhava uma segunda vez para o referido canguru.

Por sua vez, a **veracidade** pode ser questionada pelo simples fato de não ser absoluta: ninguém conta as coisas exatamente como aconteceram e, além disso, alguns *media* poderão ter a tentação para destacar mais um ou outro facto, o que não deixa de ser uma manipulação da realidade. Senão, veja-se o caso dos recentes conflitos na Síria: dependendo da fonte, a responsabilidade pelos milhares de mortos já contabilizados varia. É verdade que este exemplo se insere num contexto muito específico e delicado, mas ilustra bem o que acontece todos os dias no panorama noticioso: existem certas “situações desenvolvidas por jornalistas, políticos e relações públicas para criar um evento que, em condições normais não se produziria” (Santos, 1992, p.92), porque é necessário servir diversos interesses no momento de dar uma notícia.

A **periodicidade** é, hoje em dia, uma não-questão; é verdade que continuam a existir

blocos noticiosos na televisão em horários fixos, e é também verdade que os jornais continuam a manter o seu ritmo de tiragem. Todavia, é raro o meio de comunicação que, hoje em dia, não tem uma edição *online*; a expressão e importância destas edições é variável, mas o fator que as une é o ritmo de atualização não periódico: a introdução de novas notícias é feita ao sabor das novidades, e o público espera uma atualização noticiosa constante, 24 horas por dia (Translation in Global News, 2006, p.6). Esta necessidade de atualização aumentou também com a criação de aplicações móveis para várias plataformas, em que se espera obter as notícias mais importantes sempre que se pretenda, em qualquer momento e lugar.

Por fim, existe o fator de **interesse público**: Fontcuberta afirma que as notícias devem corresponder às expectativas e necessidades do público mas, tal como no próprio conceito de notícia, é possível discutir o que será determinante para o produto final. Ou seja, as expectativas do público são genuínas ou habitualmente manipuladas pelos *media*? Talvez se trate de uma mistura de ambos, mas essa é uma discussão que deve ser desenvolvida noutro contexto.

#### 4.2. Fatores que podem influenciar interpretação das fontes

Os critérios supra mencionados ajudam a entender que, tal como referido anteriormente, não é só o material linguístico que interfere no processo de construção da notícia, interferência esta que aumenta à medida que acrescentamos línguas e contextos à equação. A notícia é muito permeável à intervenção humana, ou não fosse ela, também, uma criação humana. Por isso, varia conforme diversos condicionalismos: linguísticos, estilísticos, culturais, históricos e de audiência. Evidentemente, a língua tem um papel preponderante nesta equação, porque sem ela não existiria qualquer um dos conceitos agora explicitados. E, neste sentido, importa ter em conta alguns fatores decisivos para a interpretação de uma notícia e, posteriormente, para a sua tradução:

- **Múltiplos significados das palavras:** Emilio Lorenzo (in Domínguez, 2008, p.4) afirma, e sabemos que assim é, que “as traduções possíveis de um texto são infinitas”. Esta infinitude não se resume, naturalmente, ao material linguístico, mas tem muito que ver com ele. Basta pensar que, numa língua, a mesma palavra pode ter diferentes significados, e outros nem por isso. Em

português, palavras como “caro” (preço elevado vs. querido) têm interpretações distintas consoante o contexto;

- **Registos de língua:** o exemplo anterior, da palavra “caro” serve para ilustrar a variação de significado conforme o registo de língua. De facto, quando empregamos esta palavra para designar algo que é importante para nós, regra geral estamos a empregá-la em registo formal, porque, em linguagem corrente, ela é substituída por termos como “querido”, “fofo”, etc.;
- **Diferenças regionais:** determinadas palavras têm significados que variam conforme a região em que são empregues; mesmo que não estejam oficialmente estabelecidos, terão sempre impacto diferente em zonas diferentes. É o caso de “enorme”, que, em algumas zonas do norte do país (ex.: Penafiel) significa algo do tipo “estúpido” ou “palerma”;
- **Questões históricas:** como sabemos, as palavras têm origens diversas e evoluem juntamente com a sociedade. A língua portuguesa é muito influenciada por duas línguas clássicas, o grego e o latim, bem como pelo árabe, fruto da ocupação da Península Ibérica na Idade Média, e alguns dos nossos vocábulos tiveram já significados diferentes, quando foram adotados da língua original. É o caso de “ministro”, cuja origem latina é *ministerium*, com o significado de “servidor, criado, funcionário inferior” (Rocha). Hoje, porém, a palavra “ministro”, quando aplicada com sentido político, representa um alto funcionário do país, com poder de decisão sobre os seus destinos.

Além dos tópicos supramencionados, pode ainda fazer-se uma breve referência a outras questões que podem interferir no tratamento – e tradução do material linguístico em sede de tradução geral, e de tradução jornalística em particular: **expressões idiomáticas** (“a piece of cake”, por exemplo, pode ser traduzida literalmente como “um pedaço de bolo”, mas em português existe a expressão equivalente “É canja!” para fazer referência a algo que é fácil de executar), **provérbios** (“Birds of a feather flock together” tem equivalente português em “Diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és”, mas a tradução literal poderia ser “Pássaros com as mesmas penas voam juntos”), **false friends** (“sensitivity” significa

sensatez, mas é uma palavra traduzida frequentemente por sensibilidade, cuja verdadeira palavra em inglês é “sensitivity”) **acrónimos** (NATO tem equivalente português em OTAN, mas em alguns *media* é mantida conforme original) e **siglas** (DNA é ADN em português, mas prevalecem as duas grafias e designações).

#### 4.3. Exemplificação de problemas de tradução jornalística

Aspetos como este interferem na tradução jornalística diariamente, contribuindo para tornar o processo de construção da notícia mais complexo. Em termos de resultado final, o ruído deste tipo pode ter várias consequências: no mínimo, perde-se informação suplementar que poderia enriquecer o texto, mas é possível também chegar-se ao extremo de a informação ser gravemente comprometida, como nos exemplos seguintes:

*A localidade de Haren, Holanda, está hoje em alerta porque uma adolescente enviou por equívoco, através do Facebook, um convite a milhares de pessoas para a sua festa de anos, sem avisar que era privada.*

*"Hoje não há qualquer festa em Haren", advertiu a autarquia da localidade de 18 mil habitantes na sua página na Internet.*

*Methe, a adolescente que hoje queria celebrar "doce 16 anos" com uns poucos amigos e a sua família, saiu de casa acompanhada da mãe e o seu domicílio está cercado de polícias, que querem evitar que a vivenda possa ser ocupada pelos 10 mil jovens que esperam nas proximidades pela festa.*

*([http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=2784316](http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=2784316))*

Este exemplo não se trata propriamente de um erro de tradução, nem de um erro de interpretação. No entanto, trata-se de uma falta de explicação de contexto ou de adição errada de informação, conforme o ponto de vista. O texto em questão foi publicado no JN, mas é da autoria da agência Lusa, conforme se pode comprovar na hiperligação que lhe sucede; nele, fala-se no festejo dos “doce 16 anos”, que se refere ao original “sweet sixteen”, e a tradução está, efetivamente, correta. No entanto, esta é uma celebração tipicamente norte-americana sem equivalente em Portugal, pelo que bastava ter sido feita referência ao 16.º aniversário, ou ter sido avançada uma explicação completa do conceito. Note-se que esta festa é feita noutras

culturas em idades diferentes, como é o caso da “quinceañera”, celebração equivalente ao “sweet sixteen”, mas celebrada na América Latina, e como se pode depreender, aos quinze anos.

*A Pinal County employee **has been fired** after euthanizing a dog that helped thwart an attack by a suicide bomber in Afghanistan, officials said*

([http://www.nytimes.com/2010/11/20/us/20dog.html?\\_r=2](http://www.nytimes.com/2010/11/20/us/20dog.html?_r=2))

*O funcionário de um canil no Kansas que, na segunda-feira, eutanasiou por engano Target – a cadela heroína da guerra do Afeganistão – **foi baleado**, anunciaram, na sexta-feira, as autoridades americanas (...).*

(<http://www.jn.pt/blogs/osbichos/archive/2010/11/21/baleado-funcion-225-rio-que-eutanasiou-cadela-por-engano-nos-eua.aspx>).

Neste exemplo, não se põe em causa a adaptação exercida sobre o texto original, necessária para enquadrar a notícia num contexto familiar ao público português; afinal de contas, Pinal County é uma localidade desconhecida para a maioria de nós. No entanto, questiona-se a opção do verbo “baleado” para traduzir a palavra “fired”; é certo que o verbo original é polissémico, mas uma segunda leitura do artigo original bastava para se entender que o funcionário em causa foi apenas despedido.

O artigo português, publicado num blogue do JN, foi alvo de comentários negativos por parte dos leitores, facto que motivou a correção do artigo poucos dias depois da publicação. Aliás, a hiperligação disponibilizada acima refere-se ao artigo corrigido, uma vez que o artigo original já não está disponível, e inclui a seguinte explicação por parte da jornalista que havia cometido o erro: “De facto, “fired” em português significa despedido, como os nossos leitores alertaram e bem. Tratou-se de um erro de interpretação da minha parte, pela qual peço desculpa a todos os leitores.”

Desculpas à parte, trata-se de um erro que compromete gravemente o conteúdo da informação original e é, por isso, uma boa ilustração do que pode acontecer quando existe pouco cuidado com a tradução jornalística.

## 5. A relação indissociável entre línguas e tradução

*Language, in the absence of translation, comprises a barrier to a worldwide community of debate and opinion. (Gutiérrez, in Translation in Global News, 2006, p.30)*

O conhecimento de uma ou mais línguas estrangeiras é, hoje em dia, uma característica fundamental de qualquer profissional; não é à toa que as escolas têm melhorado a sua oferta formativa nesta área, mesmo a nível de ensino básico. Os portugueses têm a reputação de serem bons aprendizes de idiomas, comparativamente a pessoas de outras nacionalidades, e chegam mesmo a “inventar” versões de outras línguas para tentarem comunicar com estrangeiros, facto que é geralmente louvado pelos nossos interlocutores, mas é também fruto de alguma arrogância, se assim pode apelar-se, em relação ao real conhecimento de línguas. Não é de todo estranho ouvirmos dizer que todo o português fala castelhano, o que é, no mínimo, um exagero.

Se é verdade que uma língua não se aprende apenas através de educação formal, dependendo também da convivência com a cultura em que a mesma se desenvolve, facto de que os portugueses beneficiam largamente no contexto acima referido, também é verdade que um falante não nativo tem mais necessidade de obter formação específica do que um falante nativo. Isto é especialmente importante no caso de um tradutor, porque deve ter a capacidade de estabelecer pontes culturais e não apenas correspondências linguísticas.

No entanto, o exercício da tradução ainda está muito ligado ao conhecimento do idioma propriamente dito, e é verdade que se trata de um fator determinante, mas não vale por si mesmo. Afinal, como se referiu na secção anterior, as palavras têm significados variados e variáveis, e para conhecê-los é necessário ir mais longe do que compreender a palavra propriamente dita. Nem sempre é possível estabelecer equivalências entre língua de partida e língua de chegada; por vezes é necessário empreender um esforço de explicação do texto original que vai além da busca pela mera equivalência. Afinal de contas, as línguas que falamos têm muito que ver com a nossa história e até com o local do planeta em que vivemos.

Por tudo isto, um tradutor tem de ser mais que um profissional de línguas; tem de ser

investigador, historiador, e, acima de tudo, muito humilde, como lembra Mendoza (in Domínguez, 2008): “o tradutor ideal deve ter uma grande capacidade de adaptação ao terreno, desconfiança e muito pouca segurança de si mesmo” (p.4) [minha tradução]. Além disso, um tradutor que trabalhe com notícias tem de ser necessariamente versátil, porque as rotinas jornalísticas obrigam a que tenha de saber um pouco sobre todos os temas, tal como o próprio jornalista (Bielsa e Bassnett, 2009, p. 63).

Mas um tradutor, por mais versátil que seja, não conhece todas as línguas, nem pode aspirar a tal conhecimento. Mais ainda, hoje em dia os tradutores já estabelecidos, tal como os *media* em geral, enfrentam hoje o desafio das línguas emergentes, associadas a países cujas economias têm crescido exponencialmente. Atualmente, já não é proeza ter bons conhecimentos de inglês, francês e espanhol, durante muito tempo consideradas uma espécie de línguas francas, mas é necessário conhecer línguas eslavas, mandarim e árabe, por exemplo.

A crescente importância destes idiomas não se deve apenas a fatores económicos, mas também à própria expansão das tecnologias de informação, que tem feito com que um número crescente de consumidores tenha acesso às tecnologias de informação, e o que se traduz num aumento de audiência para os *media*. Mas para chegar a essa audiência, é preciso ultrapassar a barreira da linguagem, uma vez que já foi ultrapassada a barreira do acesso ao mundo digital (Gutiérrez, 2006, in Translation in Global News, p.29), o que só se consegue com a tradução. Só traduzindo e adaptando conteúdos as empresas conseguem concretizar todo o seu potencial, uma vez que as pessoas apreciam estar ligadas ao mundo mantendo a identidade que torna a sua comunidade única, sendo que essa identidade tem grande expressão na língua que falamos.

Por tudo o que foi referido, é impossível separar a tradução do idioma: apesar de a primeira não se limitar ao tratamento do segundo, é certo que são inseparáveis, embora não sejam independentes de outros fatores.

## 6. Características da tradução jornalística

“A tradução de notícias não é estritamente uma questão de transferência interlinguística do texto A para o texto B, mas também necessita de reescrita radical e sintetização do texto A para ir de encontro a um conjunto completamente diferente de expectativas do público” (Translation in Global News, 2006, p. 6) [minha tradução]; estas são características que não se aplicam a outro tipo de textos como o texto literário, em que a audiência e o estilo são definidos pelo autor, e por isso o tradutor deve “apenas” seguir os critérios do texto original. Por esta razão, há quem argumente que o campo da tradução jornalística se aproxima mais do trabalho do intérprete do que do tradutor (Translation in Global News, 2006).

Este cuidado a ter com os públicos e com o estilo do meio em que trabalha o jornalista é dificultado pelos “constrangimentos de tempo e espaço” (Translation in Global News, 2006), opinião corroborada por Alfredo Leite, diretor adjunto do JN: “o nosso ritmo, muitas vezes, não se compadece com o pedido de tradução específica”. Gambier (2006, p.12) recorda também que o tempo é um elemento fundamental da construção de notícias, na medida em que pode interferir nas decisões sobre o que é ou não é publicado, decisões estas que também não são alheias ao contexto cultural em que o *medium* está inserido. Por outro lado, o mesmo autor salienta que não é possível veicular notícias com demasiada bagagem cultural, especialmente no que diz respeito às agências noticiosas, e compara esta indústria com a do software, em que existe uma grande pressão para criar padrões internacionais que sejam aceites por todas as pessoas em todos os mercados.

Traduzir uma notícia (ou qualquer outro género jornalístico) implica uma reescrita que deve ter em conta os aspetos suprarreferidos, e pode passar por várias estratégias, explicadas por Gambier (2006, p.14): reorganização, eliminação, adição e substituição.

A **reorganização**, claro está, passa por uma reformulação do texto original, alterando a ordem da informação que, por sua vez, interfere no enfoque da notícia; a **eliminação** trata-se da omissão de informação que constava do texto original, ao contrário da **adição**, em que é acrescentada informação. Mais complexa é a estratégia de **substituição**, que pode passar por vários mecanismos: arredondamento de valores, eliminação de nomes de protagonistas para enfatizar os cargos, sumarização de factos, etc.

Sara Bani (*in Translation in Global News*, p.42), ao falar da imprensa italiana, confirma a existência destas estratégias, coincidindo em todas as mencionadas (embora com ligeiras variantes) e acrescentado a **generalização**, que consiste na transformação do conteúdo para que se torne mais genérico e, por isso, melhor aceite por um público mais alargado.

Todas estas estratégias, depois de transformadas no texto final publicado, influenciam a forma como o público vê o mundo à sua volta (Sara Bani, 2006, p.35), apesar de, em teoria, se pretender que o discurso jornalístico seja o mais neutral e imparcial possível (Gambier, 2006, p.12), embora se reflita a perspetiva da fonte na maioria das situações (*idem*). Idealmente, um tradutor a trabalhar numa redação deveria preocupar-se mais com a objetividade do que com a fidelidade ao texto original (Pablo García Suárez, citado em Bielsa & Bassnett, 2009, p.65), sob pena de, não o fazendo, ser parcial e interferir no conteúdo transmitido.

Sara Bani salienta ainda uma outra questão relevante: geralmente, não existe informação sobre o facto de os artigos serem ou não traduzidos, o que resulta numa ignorância por parte dos leitores, que não conseguem distinguir se um texto é original ou adaptado de outra língua (p.36).

Por outro lado, é possível argumentar que a tradução jornalística não é uma tradução propriamente dita, no sentido em que as estratégias utilizadas na transformação do texto original no texto a publicar na língua de chegada não são baseadas na informação linguística, mas sim na adaptação de conteúdos que têm em conta as exigências da audiência, o que pode resultar em textos que são pouco “equivalentes” ao original.

## 7. Meios de comunicação de partilha

Os meios de comunicação tradicionais (jornais e revistas, televisão, rádio) têm uma tradição inquestionável na produção e veiculação de notícias. No entanto, têm perdido terreno para novas formas de comunicação que, não sendo jornalística, partilha algumas características importantes com ela, nomeadamente a atualidade. Estas formas de comunicação têm já um estatuto semelhante ao de outros *media*, porque contam com plataformas dedicadas e são muito utilizadas como fonte para outros meios; serão, doravante, designadas por **meios de comunicação de partilha**. Estes meios não são totalmente novos, embora tenham uma história curta. Todavia, tem sido habitual dividi-los em várias categorias, devido às suas múltiplas funcionalidades, e não designá-los de uma única forma.

Para compreender a designação que aqui se propõe, importa compreender vários aspetos que estiveram na origem da mesma. Em primeiro lugar, esta designação inclui várias ferramentas que têm funções variadas, muito para além da partilha de informação. Por outro lado, faz um agrupamento dessas ferramentas independentemente dessas funções, considerando apenas a função de divulgação de informação.

Além disso, importa referir o contexto em que estes meios surgiram, e, sem surpresas, as principal culpada é a tecnologia, especificamente a Internet. De facto, o crescimento exponencial das tecnologias da comunicação nos últimos 20 anos é notável, sendo que esse mesmo crescimento potenciou a diminuição de custos e, conseqüentemente, a diminuição de preços. Por sua vez, a diminuição de preços contribuiu para um maior acesso a estas tecnologias, que criou novas necessidades e abriu portas para mais desenvolvimentos, o que resulta num ciclo vicioso muito aproveitado por programadores, fabricantes e consumidores. No que diz respeito aos consumidores, este ciclo permitiu que “pessoas normais criassem os seus próprios blogues, podcasts e wikis, porque é barato fazê-lo” (Gutiérrez, in Translation in Global News, p. 29).

A designação aqui proposta incorpora os seguintes meios:

- E-mail;
- Telemóvel (chamadas e SMS – short message system);
- Blogues
  - Pessoais;

- Dos *media*;
- Redes sociais (Facebook, Twitter, MySpace, Hi5, etc.).

Todos estes meios são utilizados para diversos fins, que são suficientemente conhecidos para dispensarem explicação neste documento. A este respeito, fica apenas uma nota para os blogues dos *media*, que, neste estudo, incluem os blogues utilizados pelos meios de comunicação tradicionais para divulgarem informação que normalmente não cabe na agenda noticiosa; o Jornal de Notícias, por exemplo, tem destacados no próprio *site*, blogues sobre animais, moda, cinema e educação infantil.

A “importância crescente do blogging internacional” (Translation in Global News, 2006, p.6) contribuiu para que os públicos tivessem novas expectativas em termos de veracidade e imediatismo, como já se discutiu na secção deste documento. Além disso permitiu, juntamente com outros meios de comunicação eletrónicos, ultrapassar as barreiras espaciais mais rapidamente, como se espera num mundo globalizado (Bielsa & Bassnett, 2009, p18).

Os meios de comunicação de partilha são apenas o que o seu nome indica: meios que se servem da partilha de informação para fazer circular as notícias. Trata-se de meios de uso pessoal, e por isso servem muito mais que este objetivo, mas o certo é que têm sido importantes substitutos dos *media* tradicionais nessa tarefa de fazer circular a informação. A facilidade de utilização e a rapidez de acesso e partilha são os seus maiores trunfos, mas provavelmente a versatilidade também tem grande importância para o crescimento exponencial destes meios.

Vejamos agora um dos meios acima listados de cada vez. O e-mail é, cada vez mais, o meio de comunicação preferido dos países desenvolvidos. As caixas de correio são cada vez maiores e os fornecedores do serviço brindam-nos constantemente com novas funcionalidades, sendo atualmente possível enviar quase todo o tipo de ficheiros por esta via, embora existam limites de tamanho. Além disso, permite-nos chegar ao outro lado do mundo numa questão de segundos, o que constitui uma enorme vantagem sobre meios de comunicação utilizados anteriormente, como as cartas.

Os telemóveis, por sua vez, seguem o princípio do já antigo telefone fixo, é certo, mas vieram acrescentar algumas funcionalidades interessantes àquele. Hoje em dia, podemos fazer uma chamada não só fora de casa, como numa grande parte do planeta, e temos ainda a possibilidade de enviar mensagens escritas, fotografias ou vídeos também em muitos pontos

da Terra sabendo que, em princípio, o nosso destinatário terá notícias nossas quase instantaneamente.

No que concerne aos blogues, podemos pensar neles como os nossos jornais pessoais. Embora seja possível criar blogues sobre qualquer tema, todos têm uma característica em comum: são plataformas de divulgação de informação.

São as mais recentes da lista, mas são igualmente importantes: as redes sociais invadiram a nossa vida nos últimos dez anos, e são talvez o meio mais expressivo dos meios de comunicação de partilha aqui nomeados, se tivermos em conta a partilha de informação de interesse para a comunidade, e não apenas a informação pessoal, muito característica deste meio. Redes como o Facebook e o Twitter estão já integradas em telemóveis e computadores (exemplo disso é o Mac OS, sistema operativo da Apple), e a primeira teve já direito a uma longa metragem produzida em Hollywood, dada a sua importância nos últimos anos. As redes sociais em geral permitem partilhar praticamente todo o tipo de informação, bastando para isso uma ligação à Internet, mas existem já algumas redes especializadas, como o LinkedIn (partilha de informação profissional), o MySpace (novidades sobre música) e o Instagram (partilha de fotografias), e estes são apenas alguns dos exemplos mais expressivos.

Independentemente da sua especificidade, certo é que os próprios meios de comunicação tradicionais já exploram o seu potencial; a maioria dos *media* tem, por exemplo, uma página no Facebook, como é o caso do próprio Público, JN e Lusa. Para este facto, contribui não só a possibilidade de chegar a uma audiência mais alargada, mas também o fator económico, uma vez que o registo nestas redes é gratuito e isento de manutenção, à exceção da partilha de informação, que é recomendável para manter o público satisfeito.

Estes meios têm também um papel importante na evolução da tradução contemporânea: uma vez que é possível aceder a informação de todo o mundo e numa grande variedade de línguas, abriram-se portas para o mercado dos tradutores automáticos, agora incorporados em redes como o Facebook, que utiliza o Bing, da Microsoft. Todavia, e como seria de esperar, esta funcionalidade fomenta uma falsa noção de conhecimento, porque apesar de os tradutores automáticos estarem cada vez melhores, ainda disponibilizam textos bastante fracos, e muitos utilizadores não têm sequer a consciência disso.

Apesar das potencialidades, os meios de comunicação de partilha são filhos da era em que a informação se espalha de tal forma, que se torna quase impossível filtrar o que é ou não importante. Além disso, são muito aproveitados para espalhar rumores e informações falsas

que rapidamente se tornam virais e, apesar de serem virtuais, podem ter consequências reais. Em 2009, aquando da morte de Michael Jackson, depressa surgiram notícias de que mais figuras mediáticas teriam morrido, como o ator Jeff Goldblum, conhecido pelo seu papel no filme “A Mosca”. Seguiram-se as mensagens de pesar que obrigaram a um desmentido da notícia por parte do próprio ator, que naturalmente não terá gostado da brincadeira.

A facilidade de “criar” notícias nos meios de comunicação é uma faca de dois gumes e será difícil encontrar responsáveis caso os abusos tenham consequências negativas, mas, apesar disso, esta mesma facilidade tem potencial para quem pretende utilizar estes meios de forma responsável.

Seja como for, é inquestionável a presença destas ferramentas de comunicação nas nossas vidas. Indiferentes a críticas, ataques de piratas informáticos e resultados em bolsa, é certo que contam com cada vez mais utilizadores e aceleram o fluxo de informação constantemente.

## 8. Tradução jornalística: breve análise do panorama internacional comparado com o português

Em Portugal, a tradução jornalística está longe de ser um assunto muito discutido. Além da falta de documentos publicados sobre o tema, é possível constatar que o ensino superior também não dá muita atenção a esta área na sua oferta formativa.

Em Espanha, no Reino Unido, em Itália e na Finlândia, todavia, existem estudos sobre a matéria que nos revelam a importância de prestar a devida atenção à tradução jornalística, devido ao impacto que ela pode ter na perceção que temos da realidade. Mas, mesmo assim, nesses países considera-se que essa discussão ainda não é suficiente, especialmente por parte de quem forma tradutores (Domínguez, 2008, p.2).

Susan Bassnett (Translation in Global News, 2006, p.5) afirma que a tradução jornalística tem vindo a gozar de uma importância crescente. No entanto, Alfredo Leite, diretor adjunto do Jornal de Notícias, opina que nos jornais já houve uma necessidade maior de tradutores, e Domínguez (2008) constata a necessidade de haver mais discussão sobre o tema.

Embora estas três opiniões não choquem diretamente, denotam uma diferença de perspectiva entre Portugal, Espanha e Reino Unido. Aliás, Bassnett considera que é importante “descobrir como são formados os tradutores que trabalham nos *media*” [minha tradução], o que em Portugal é uma não-questão, porque, ao que foi possível aferir até à data de finalização deste estudo, não há tradutores nas redações, com exceção para o Jornal de Notícias, que tinha uma tradutora até Fevereiro de 2012, mas que executava outro tipo de funções. Portanto, se não existem tradutores nas redações portuguesas, é normal não existir formação específica para eles. Da presente argumentação ficam excluídos os casos em que os tradutores são pontualmente consultados para trabalhos específicos, embora essa também não seja uma prática muito frequente.

Por outro lado, Bassnett concluiu que, até 2004, não existia qualquer formação em tradução jornalística, facto que concluiu na sequência de uma conferência na Universidade de Warwick, em que participaram inclusivamente membros das agências *France Presse*, *Reuters* e *InterPress*. Portanto, o problema da falta de formação específica – e da pouca atenção dada ao tema da tradução jornalística, considerando a sua importância para o ofício de jornalista –

é um problema internacional. Mais ainda, a eliminação de intermediários no processo de veiculação de notícias, consequência da evolução dos meios de comunicação e do papel dos meios de comunicação de partilha (ver p.31) faz com que seja cada vez mais importante agilizar os procedimentos de interpretação de fontes em línguas estrangeiras em cada *medium*, de modo a reduzir o tempo que decorre entre o acontecimento e a produção da notícia.

A tradução literária tem sido alvo de maior atenção ao longo dos anos, não só por uma questão de tradição histórica, mas também por se tratar de tradução de trabalhos de autor, em que o estilo intervém muito na obra original, e, claro, na obra traduzida. Aliás, o próprio José Saramago declarava ao *El País*, em 1999, que os escritores sem os tradutores “não são quase nada”, e defendia mesmo que deveriam cobrar direitos de autor sobre as obras traduzidas. As notícias também têm autores, naturalmente, mas procura-se que o seu estilo seja o mais universal possível, existindo regras comuns para a sua elaboração em todo o mundo. Por outro lado, Bani (2006) lembra que “a tradução jornalística chega a um grande número de leitores (certamente superior ao da tradução para literatura ou teatro)”.

O processo de construção da notícia, como já vimos, dá-nos pistas para compreender de que forma a tradução pode interferir na visão que temos do mundo. Mas o facto de se falar pouco sobre a tradução jornalística pode também ser explicado pela pouca leitura de imprensa noticiosa no caso específico de Portugal. Senão, note-se que as publicações periódicas com maiores tiragens no país no final de 2011, segundo dados da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens, eram a revista *Maria* e a *TV 7 Dias*, com tiragens de 255 778 e 182 750 exemplares, respetivamente. O jornal generalista com maior tiragem no mesmo período era o *Correio da Manhã*, com 157 739 exemplares, seguido apenas de longe pelo *Jornal de Notícias* (107 216 exemplares) e de mais longe ainda pelo *Público* (44 388 exemplares), que fica em último lugar dos *media* analisados no presente estudo, à exceção da *Lusa*, que não tem material impresso.

Estes números demonstram que mesmo o jornal mais vendido pouco ultrapassa 1% da população atingida e vende pouco mais de metade da publicação com maior tiragem, uma revista feminina que pouco contém de conteúdo jornalístico, ocupando muitas das suas páginas com resumos e antevistas sobre novelas. Aliás, o próprio *Correio da Manhã*, que tem maior tiragem no grupo das publicações informativas, é considerado um jornal sensacionalista, porque entre os seus conteúdos existem muitos *faits-divers* e, também, grandes destaques para temas como sociedade e casos de polícia.

O estilo dos textos e a identidade dos *media* têm, porém, uma importância discutível no campo da tradução jornalística. Embora devam ser tidos em conta, particularmente no que diz respeito às regras básicas do jornalismo e, especificamente, ao rol de perguntas a que uma notícia deve responder (Quem? Quando? Onde? Como? Porquê?), é importante considerar outro tipo de fatores que condicionam a tradução jornalística, bem como a interferência desta noutras áreas, particularmente a nível ideológico (Bassnett, 2006, p.7).

Já aqui foi referido, nomeadamente na secção 6, que o contexto da notícia é especialmente importante para a sua interpretação e posterior tradução, e também se referiu o facto de, na maioria das vezes, as notícias transmitirem a perspetiva da fonte, em detrimento da desejada imparcialidade. Ora, estes fatores podem ser particularmente importantes quando se trata de assuntos delicados, como a adoção de crianças por casais homossexuais ou o julgamento de políticos pelas decisões tomadas no exercício de cargos públicos, por exemplo, em comunidades em que estes assuntos sejam alvo de polémica.

De acordo com Gambier, a imprensa tem o dever ético de não deixar transparecer qualquer juízo de valor em sede própria, e aqui surge mais um desafio para a tradução jornalística: “é importante perceber como os tradutores reproduzem ou alteram o discurso dominante nas suas próprias sociedades”, porque não é possível ignorar que a informação dos *media* provoca reações no público a quem se dirige.

O mesmo autor lembra ainda que, nos dias de hoje, é necessário ver os *media* e a tradução jornalística como um todo, uma vez que a comunicação *online* tem uma crescente importância para todos os meios de comunicação. Gambier salienta que, ao considerarmos que a tradução é uma adaptação de conteúdos a uma determinada audiência, devemos considerar todos os aspetos dessa adaptação: o texto, a imagem, a disposição dos elementos (*layout*), tamanho do tipo de letra, cores, etc. É possível que determinados *media* alterem o seu ponto de vista perante determinados factos de acordo com a audiência que procuram atingir com determinada plataforma, que pode alterar-se devido a questões de preferência, cultura e até por razões económicas, uma vez que o preço de um jornal online, por exemplo, é distinto do preço do mesmo jornal em versão impressa.

No fundo, é possível concluir a este propósito que o panorama da tradução jornalística não difere muito entre os países analisados: todos têm os mesmos problemas e todos devem ter em conta as mesmas preocupações, facto que permite defender, mais uma vez, que é necessário estudar mais e melhor a tradução jornalística.

## 9. O caso português: o processo tradutivo em três *media* nacionais

Apesar de ser um país pequeno, Portugal conta com uma grande variedade de meios de comunicação social. Dos generalistas aos especializados, passando pela imprensa cor-de-rosa e pelas rádios locais, existe de tudo um pouco, embora alguns meios tenham mais expressão do que outros. É consensual que a televisão é o meio preferido dos portugueses, por ser (quase) gratuita e não depender, de uma forma geral, da literacia do espetador. No entanto, a televisão é um meio muito recente quando comparado com outros, e em especial com a imprensa escrita; por isso, foi esta última a eleita para o estudo que agora se apresenta.

Como se expôs anteriormente, a publicação de jornais goza já de uma longa história no nosso país, e a variedade de meios suprarreferida estende-se a este meio em particular, uma vez que existem jornais generalistas, de referência, sensacionalistas, locais, desportivos, gratuitos, etc. Além disso, o jornal é frequentemente a única forma de alguns cidadãos se formarem e terem acesso à cultura, o que faz deles uma ferramenta social bastante democrática.

Mas é preciso lembrar que a leitura de jornais permite não só uma constatação da realidade, como a perceção (distorcida, admita-se) do trabalho do jornalista. Existem até alguns nomes e caras conhecidas do público que são avaliados pelo trabalho que publicam, não necessariamente correspondente ao trabalho realmente executado. Por vezes, são até julgados exclusivamente pelos erros que cometem, o que apesar de ser injusto, pode servir como mote –ou auxiliar – para trabalhos como o que agora se expõe. De facto, este projeto teve muito de avaliação de erros de tradução jornalística numa fase inicial, mas não serão aqui incluídos de espaço, de tempo, e por um certo desvio do tema principal, que pretende avaliar o cenário da tradução jornalística nacional como um todo.

Para essa avaliação, foram selecionados três *media* de expressão nacional com diferentes características: o *Jornal de Notícias*, por ser um jornal generalista com grande tiragem e tradição, o jornal *Público*, por se tratar de um jornal de referência com uma história recente e, por isso, distinta de outros do mesmo género, e a agência *Lusa*, a única agência de notícias portuguesa reconhecida oficialmente pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social (órgão do Estado Português). Teria sido interessante estudar o *Diário de Notícias* em lugar do *Público*, mas aquele tem um percurso em parte semelhante ao *JN* e, além disso, pertence ao mesmo grupo económico que este. Pretendia-se, inicialmente, escutar os *media*

analisados na primeira pessoa, como mandam até as próprias regras do jornalismo, mas essa tarefa revelou-se infrutífera, porque só um dos meios se disponibilizou para colaborar oficialmente. No caso da agência *Lusa*, foram obtidas declarações de um colaborador com vários anos de trabalho na mesma, apesar de atualmente se encontrar em regime de licença sem vencimento, e, no que diz respeito ao *Público*, obteve-se apenas silêncio, apesar de várias tentativas de contacto durante seis meses.

### 9.1. A tradução jornalística no Jornal de Notícias

No que diz respeito à tradução jornalística no *JN*, Alfredo Leite, diretor adjunto em março de 2012, afirma que “a necessidade de tradução é uma necessidade permanente dos jornais (...)”, sobretudo devido à existência das edições digitais. Aliás, defende que a necessidade de tradução é superior na edição online, relativamente à edição impressa.

Por outro lado, defende que a formação atual dos jornalistas, superior à de há alguns anos, permite que sejam eles próprios a executar tarefas de tradução para o trabalho quotidiano. Mas o *JN* teve já uma tradutora na redação que, embora não exercesse essa função quando saiu do jornal (em Fevereiro de 2012), foi contratada para esse efeito em 1984. Na altura da sua integração no jornal, tinha como principal tarefa dar apoio ao trabalho do dia-a-dia no que dizia respeito à tradução do material que provinha das agências internacionais.

Hoje em dia, além de serem os próprios jornalistas a traduzir os conteúdos (99% das vezes, de acordo com Alfredo Leite), por serem considerados capazes para tal, o tempo disponível para esse tipo de tarefas é cada vez menor, sobretudo nas edições *online*, porque as notícias devem estar disponíveis cada vez mais rápido e, claro, com a melhor qualidade possível. Além disso, também existe uma exigência constante de contenção de custos, o que dificulta a abertura para a introdução de tradutores nas redações.

Relativamente às rotinas diárias da redação, este responsável afirma que normalmente se tenta obter ajuda de falantes nativos da língua a traduzir, mas refere-se a “casos mais especializados”. Por outro lado, conta que o *JN* obtém parte dos seus conteúdos nas agências (em março, contratava os serviços da *Reuters*, *France Presse* e *Lusa*) e que, no caso particular da *Lusa*, os conteúdos já estão traduzidos quando chegam ao *Jornal de Notícias*. Alfredo Leite salienta que as agências trabalham para outros meios de comunicação, e por

isso deveriam ter alguém responsável pela tradução.

As ferramentas utilizadas neste *medium* para auxílio da tradução são os dicionários e os recursos online. Não foi feita qualquer referência a ferramentas de tradução especializadas, embora o diretor adjunto tenha defendido, à margem da entrevista, que seria útil existir uma base de dados que se definisse regras de tradução para determinadas expressões. A propósito das ferramentas, Alfredo Leite afirmou também que as necessidades de tradução do *JN*, no dia-a-dia, “não são tão especializadas assim”, advogando que será mais importante ter a colaboração de um tradutor em artigos especializados, como os que se referem à ciência. Por outro lado, defendeu que os jornalistas têm competências para verificar informação quando têm dúvidas, e que devem fazê-lo.

No que concerne à formação específica, este responsável defende que, pelo menos no *JN*, existem necessidades de formação, que podem passar ou não pelos conhecimentos de procedimentos de tradução.

Quando inquirido sobre qual seria a situação ideal em termos de tradução jornalística, o diretor adjunto afirmou ser a favor de uma junção do melhor de dois mundos: o jornalista deve ter conhecimentos específicos de tradução, e ao mesmo tempo devem existir tradutores que colaborem com os *media* para assuntos mais densos, e sobretudo para rever o trabalho feito pelos jornalistas.

## 9.2. A tradução jornalística no Público

O jornal *Público*, como se afirmou acima, não respondeu aos pedidos de colaboração que lhe foram endereçados no âmbito do presente estudo. Foram feitos vários contactos por via eletrónica nos últimos seis meses, para vários contactos disponibilizados, mas mesmo assim não se obteve resposta.

Neste sentido, não serão apresentados dados sobre os procedimentos de tradução jornalística neste *medium*. No entanto, o testemunho do diretor adjunto do *JN*, que trabalhou no *Público* desde a sua fundação, aponta para o facto de este jornal nunca ter tido um tradutor na redação, facto que justifica com a mudança no panorama dos *media*, que emprega hoje em dia muitos profissionais com qualificações bastantes para exercer este tipo de tarefas.

### 9.3. A tradução jornalística na Agência Lusa

Como já foi referido, as agências têm responsabilidade perante outros *media*, o que faz com que atinjam um público mais alargado; os seus critérios noticiosos devem servir não apenas os procedimentos e objetivos da agência, mas adaptar-se aos dos *media* com os quais colaboram.

Grosso modo, a *Lusa* tem um serviço de âmbito nacional e outro de âmbito nacional. Assim, é de esperar que em termos de tradução jornalística, a exigência também aumente. Fernando Zamith, colaborador da agência entrevistado para este estudo, afirma que a tradução é “essencial” na agência *Lusa*, e particulariza o caso das notícias internacionais, em que considera ser mais necessário.

No entanto, não existem tradutores nas redações da Agência: são os próprios jornalistas que executam os trabalhos de tradução e, apesar de alguns serem falantes nativos de outras línguas, não se lhes conhece formação específica em tradução. As suas ferramentas são os conhecimentos de rotinas jornalísticas, os seus próprios conhecimentos de língua, e a Internet.

Quando questionado sobre as dificuldades existentes a nível de tradução jornalística na *Lusa*, Zamith refere a rapidez exigida, a “pouca fiabilidade de ferramentas de tradução online” e a existência de fontes de informação em idiomas menos comuns. E os idiomas mais traduzidos na *Lusa* são o inglês, o francês e o espanhol, sendo que no caso do inglês também é feita retroversão, para o serviço *LusaNews*.

Este jornalista considera ainda que o tradutor não tem lugar numa redação; afirma que a tradução jornalística deve ser feita por jornalistas com muito bons conhecimentos nas “línguas a traduzir”.

## **10. Inquérito a jornalistas portugueses – motivação e exposição de resultados**

Um dos fatores que pode influenciar a forma como os media veem a tradução é o perfil dos seus jornalistas. Nesse sentido, foi realizado, em final de 2010, um pequeno inquérito que, apesar de não se poder aferir se constitui uma representação absolutamente fiel da classe jornalística em Portugal, permite obter dados importantes relativamente à relação do jornalista com o trabalho de tradução necessário para a sua rotina profissional.

O inquérito agora analisado foi feito entre 25 de Outubro e 24 de Novembro de 2010, através de meios eletrónicos. Para a sua construção, foi utilizada a versão gratuita da aplicação SurveyMonkey (<http://pt.surveymonkey.com>), e, para a sua divulgação, foi utilizado o correio eletrónico e a rede social Facebook (<http://www.facebook.com>).

A divulgação foi feita a, potencialmente, 100 pessoas, incluindo os dois meios mencionados, mas as respostas foram apenas 18. É de referir que algumas das pessoas contactadas referiram não ter tempo para responder, enquanto outras informaram não estar à vontade para falar do assunto. Além da falta de tempo, existiram também outras resistências, nomeadamente a preocupação com os dados pessoais e dúvidas sobre a natureza de algumas perguntas, que serão especificadas adiante.

A primeira questão avaliada foi a experiência profissional em termos de anos de trabalho. Os resultados mostraram que existe quase o mesmo número de inquiridos com menos e mais de 10 anos de experiência profissional. A pessoa com menos experiência referiu trabalhar na profissão há um ano, que contrasta com os 22 anos da pessoa mais experiente.

Naturalmente, foi necessário questionar os inquiridos sobre a eventual necessidade de traduzir na sua profissão e houve apenas uma resposta negativa. De entre os 17 jornalistas que referiram ter necessidade de traduzir, apenas dois referiram que utilizam ferramentas de tradução especializadas, mas, por lapso na elaboração do inquérito, não foram questionados acerca do que entendiam por ferramentas especializadas. No entanto, questionou-se como são feitas as traduções necessárias, e, das opções referidas, destaca-se aquela em que os inquiridos referem fazer traduções apenas com recurso aos seus próprios conhecimentos (50% das respostas). No espaço destinado a observações, um dos inquiridos apontou o Free

Translator (<http://www.free-translator.com>) e o Google Translate (<http://translate.google.com>) como “ferramentas de tradução especializadas.

Também se pretendeu aferir quais as dificuldades encontradas pelos jornalistas no momento da tradução. Foi permitida uma resposta livre mas, mesmo assim, houve registo de dificuldades coincidentes. Cinco dos inquiridos referiram encontrar problemas na tradução de linguagem técnica, três das respostas estavam relacionadas com as especificidades culturais, e uma mencionava especificamente os erros dos tradutores automáticos.

Por outro lado, também foi pedida aos inquiridos opinião sobre o que eles considerariam ser o cenário ideal: aquele em que, na redação, se responsabilizasse qualquer jornalista pelas traduções necessárias, outro em que fosse o tradutor a assumir essa tarefa, e outro ainda em que houvesse jornalistas com formação em tradução e fossem estes a traduzir. As respostas dividiram-se entre o primeiro e o segundo cenário, mas o terceiro distanciou-se um pouco: os jornalistas preferem manter o trabalho de tradução dentro das suas responsabilidades, embora admitam necessidade de formação específica para o fazer. Foi ainda permitido aos inquiridos sugerir outra solução, mas estes optaram por não o fazer.

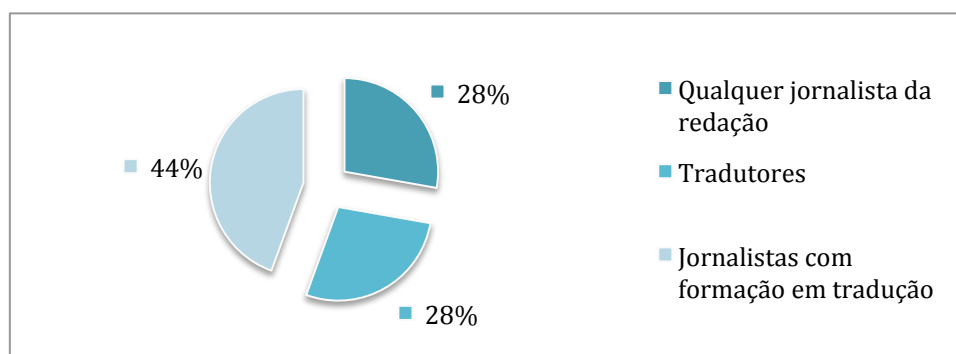


Figura 5 - Responsável ideal pela tradução numa redação

Todos os inquiridos consideraram que deveria ser dada mais atenção à questão da tradução jornalística, e esta unanimidade permite inferir que, apesar da amostra em estudo ser pequena, a tradução interfere, efetivamente, no trabalho diário do jornalista.

Naturalmente, traduzir implica conhecer uma ou mais línguas que não a língua nativa, e por isso foi pedido aos inquiridos que fizessem uma autoavaliação dos seus conhecimentos de línguas estrangeiras. Neste contexto, relevam-se os seguintes dados:

15 dos 18 inquiridos considera o seu nível de Inglês bom ou muito bom, apesar de apenas cinco terem obtido formação além da escola secundária;

11 inquiridos consideram o seu nível de Francês razoável e cinco apontam para um nível mau de conhecimentos;

a língua espanhola é talvez, onde as opiniões mais se dividem: apenas uma pessoa considera falar mal o Espanhol/Castelhano, enquanto 12 se dividem entre o “razoável” e o “bom”, restando quatro inquiridos, cuja autoavaliação dos conhecimentos desta língua recaiu sobre a opção “Muito Bom”. Ainda no que concerne ao Espanhol/Castelhano, é curioso constatar que apenas seis dos inquiridos obtiveram os seus conhecimentos a nível formal, o que representa pouco mais de metade dos inquiridos que consideram ser bons os seus conhecimentos. Foram obtidas respostas interessantes quando se questionou o local onde os inquiridos obtiveram os seus conhecimentos da língua em questão: “senso comum”, “dia-a-dia” e “prática” são apenas algumas delas;

o Alemão e o Italiano foram as línguas que apresentaram piores resultados nesta autoavaliação; nenhum inquirido considerou que os seus conhecimentos fossem bons ou muito bons, e a maioria respondeu até que, para ambas as línguas, o seu conhecimento é mau;

foi dada oportunidade de se referir mais alguma língua, mas apenas uma pessoa utilizou esse campo, preenchendo-o com o Galego, que aprendeu “a ouvir”.

Como não podia deixar de ser, pretendeu-se saber qual do grau de escolaridade dos inquiridos, e os resultados foram previsíveis: a maioria tem formação superior, à exceção de um inquirido que ainda frequentava a licenciatura e outro que não estudou além do 12º ano.

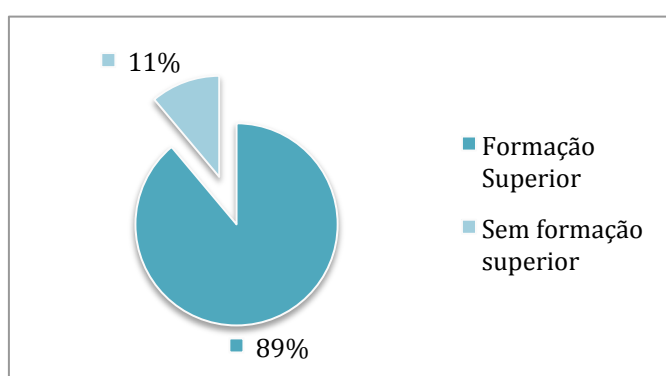
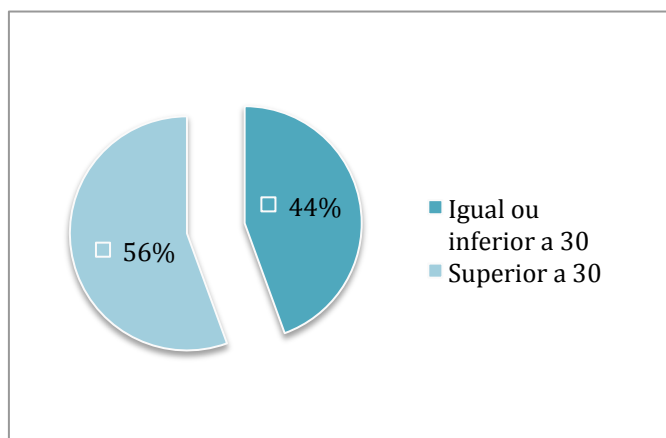


Figura 6 - Formação dos jornalistas inquiridos

Quando se questionou os inquiridos sobre as línguas que costumam traduzir, os resultados também foram os esperados: as línguas mais traduzidas são o Espanhol/Castelhano

e o Inglês, e a menos traduzida é o Alemão. Curioso é verificar que apenas um inquirido afirmou, na segunda questão, não necessitar de fazer traduções na sua profissão, mas dois referiram, na presente questão, não traduzir nenhuma língua, o que revela inconsistência nas respostas dadas.

A nível etário, a amostra está relativamente bem distribuída: o número de pessoas com mais de 30 anos é pouco superior aos inquiridos de idade inferior a este valor.



**Figura 7 - Idade dos jornalistas inquiridos**

Ainda no que toca à demografia, verifica-se que a amostra obteve, na sua maioria, a formação superior na cidade do Porto; seis inquiridos não responderam, e os restantes dividem-se entre Braga, Coimbra e Vila Real.

## 11. Conclusões

A tradução jornalística em Portugal vive uma situação semelhante à de outros países europeus, nomeadamente Espanha e Reino Unido. É um tema que carece ainda de bastante avaliação que permita melhorar a relação entre as profissões de jornalista e tradutor no nosso país, mas mais ainda de uma avaliação que permita melhorar as rotinas de produção noticiosa diária.

Os jornalistas portugueses não só estão mal formados para esta questão, como estão pouco sensibilizados para a mesma, porque ainda associam muito o trabalho de tradução ao conhecimento de línguas (que é importante, mas não determinante *per se*) e, mais ainda, julgam ter bons conhecimentos de línguas, mesmo que não tenham obtido formação nas mesmas, situação mais evidente na língua espanhola.

### 11.1 Confirmação das hipóteses colocadas

Importa referir que foram confirmadas as hipóteses iniciais: a verificação da primeira foi referida imediatamente acima, e a entrevista a um responsável por um curso de comunicação prova isso mesmo; este considera que é importante para um jornalista saber línguas – o que não se discute – e que isso será suficiente para as rotinas diárias dos media, embora não o seja para determinados trabalhos específicos que sejam mais exigentes.

A segunda hipótese apontava para o facto de a tradução jornalística em Portugal ser pobre, por não beneficiar de suficiente atenção; ao longo do presente estudo foram apresentados vários argumentos que comprovam esta hipótese, embora, como já foi referido, esta situação não seja exclusiva do nosso país.

“Os jornalistas portugueses não têm formação suficiente para fazer trabalhos de tradução adaptados ao seu trabalho”: esta terceira hipótese não só se confirma, como é sustentada pela opinião de Rui Centeno, Diretor do Curso de Ciências de Comunicação da Universidade do Porto até ao ano letivo de 2011/2012, que vai mais longe e afirma que no modelo atual dos cursos (de três anos) “já não há espaço para ensinar as competências específicas de determinadas áreas”, o que nos permite inferir que as competências alargadas – como seria o caso de formação em tradução – são imediatamente postas de lado. Por outro

lado, foi refutada a segunda parte da mesma hipótese: os jornalistas têm noção de que necessitam de mais competências de tradução para o seu trabalho, mas essa consciência não se reflete na opinião das chefias. Exemplo disso é a opinião de Alfredo Leite, subdiretor do Jornal de Notícias, que argumentou que a juventude dos jornalistas que agora trabalham nas redações é sinónimo de melhor formação em várias áreas e, particularmente, na área das línguas devido ao convívio diário com o inglês, pelo que a necessidade de tradução profissional se limita a alguns trabalhos mais específicos. Rui Centeno também argumenta no mesmo sentido, defendendo que, embora os jornalistas não tenham capacidades específicas para fazer traduções, devem ter a capacidade de saber interpretar as suas fontes e aplicar os conteúdos às notícias que produzem.

Por último, a quarta hipótese não foi cabalmente comprovada, mas foram dadas várias pistas para a sua confirmação. De facto, os jornalistas de hoje, mais que os do passado, sofrem uma pressão imensa do imediato: a notícia tem de chegar mais depressa e ser de melhor qualidade que a do *medium* concorrente. Todavia, a rapidez das tarefas conduz, evidentemente, a uma perda de qualidade, quanto mais não seja pelo pouco tempo dedicado a segundas verificações. Neste sentido, também não existe tempo para se poder acrescentar um tradutor à cadeia de produção noticiosa, a não ser que falemos de trabalhos específicos, tais como reportagens ou artigos de fundo. Assim, seria importante que o jornalista tivesse alguns conhecimentos na área de tradução, para melhorar o seu próprio trabalho. Além disso, os jornalistas portugueses têm um fraco conhecimento de ferramentas e tradução, o que, aliado ao facto de estarem sozinhos no processo de construção da notícia, pode interferir largamente no conteúdo final.

## 11.2 Perspetivas de futuro

Por tudo o referido, conclui-se que é evidente a necessidade de os jornalistas terem mais formação no que diz respeito a regras e procedimentos de tradução, que é maior no caso da Agência Lusa, porque tem responsabilidade perante outros *media*.

Este estudo não pretendeu – nem pretende agora – fazer a apologia de que o tradutor é o elemento mais importante do trabalho jornalístico, mas apenas demonstrar a importância do primeiro para a rotina diária do segundo. Considera-se que a tradução é “inseparável de outras práticas jornalísticas que intervêm na produção de notícias” (Bielsa e Bassnett 56).

Os *media* são, também, formadores da sociedade, e formadores de opinião, pelo que

só podem beneficiar da agilização dos seus procedimentos e da boa formação dos seus colaboradores. No inquérito anteriormente apresentado, perguntava-se aos jornalistas qual seria a melhor situação: aquela em que a responsabilidade de tradução numa redação fosse de qualquer jornalista, de um tradutor ou de jornalistas com formação em tradução. As opiniões apontaram na maioria para o último cenário, e independentemente dessas opiniões, o presente estudo permite esgrimir argumentos no mesmo sentido. Mas, se não se pretende aqui advogar que o tradutor é a peça central do puzzle, também não se pretende que o jornalismo dispense completamente o trabalho do tradutor. Também por isso se conclui que a melhor solução para o problema é juntar o melhor de dois mundos, permitindo assim valorizar os dois ofícios.

Por tudo o exposto, propõe-se que os jornalistas tenham uma formação intermédia em tradução, não necessariamente conferente de grau, nem tão superficial que se torne inútil. Sem querer aqui elaborar todo um plano de estudos, considera-se importante que, numa formação desse tipo, possam ser desenvolvidas competências como conhecimento de teoria básica e procedimentos de tradução, conhecimento de ferramentas de tradução especializada, noções de interculturalidade e respetivo impacto no jornalismo (particularmente em notícias internacionais), reconhecimento de recursos online fidedignos, e consciencialização da importância de bases de dados terminológicas numa redação. Além do referido, considera-se que tal formação deveria ser ministrada por uma instituição competente e reconhecida, quiçá em parceria com uma instituição de ensino superior, porque este tipo de fatores ainda contribui para adesão dos profissionais a formações deste tipo.

Além disso, propõe-se que, no sentido de melhorar ainda mais a qualidade do trabalho produzido nos media, se criem bases de dados terminológicas bilingues nas redações. Ferramentas deste tipo não só facilitam o trabalho diário dos jornalistas no que diz respeito ao trabalho de pesquisa, como assegurariam um padrão constante de qualidade e uma uniformização de terminologia dentro de cada *medium*. Uma base de dados terminológica seria especialmente importante para a tradução de nomes de organismos oficiais e também de siglas.

O documento apresentado nas páginas anteriores não apresenta conclusões absolutas, nem poderia fazê-lo. Conclui, porém, que é necessário estudar mais o tema da tradução jornalística, como, aliás, advogam alguns autores consultados, nomeadamente Bielsa e Bassnett (p.62): é um “assunto que mal foi tocado nos estudos de tradução.” E conclui,

também, que as duas profissões aqui analisadas só têm a beneficiar de uma colaboração mútua, para bem da qualidade do seu trabalho, da sua visibilidade e da sua credibilidade.

Porém, para que esta colaboração se concretize, é necessário criar sinergias entre profissionais e chefias, e entre o mundo profissional e o mundo académico.

## 12. Referências

### 12.1 Bibliografia

Baker, M. (1998). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (1ª ed.). (M. Baker, Ed.) London, UK: Routledge.

Baker, M. (1992). *In Other Words – A coursebook on translation* (1ªed). Oxon, UK: Routledge.

Bell, R. T. (1991). *Translation and Translating: Theory and Practice*. Essex: Longman.

Bielsa, E., & Bassnett, S. (2009). *Translation in Global News*. Abingdon, OX, UK: Routledge.

Fontcuberta, M. d. (2002). *A Notícia* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.

Lindsay, P. H., & Norman, D. A. (1977). *Human Information Processing* (2ª ed.). London: Academic Press.

Posse, A. F. (2011). *Ciberjornalismo à escala regional: Aproveitamento das potencialidades da Internet nos oito jornais com presença online activa dos distritos de Bragança e Vila Real*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Quintero, A. P. (1994). *História da Imprensa*. Lisboa, Portugal: Planeta Editora.

Rodríguez, A. P., & Rocha, N. (1994). História do Jornalismo Português. In A. P. Quintero, *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora.

Santos, J. R. (1992). *Comunicação*. Lisboa, Portugal: Difusão Cultural.

Slack, J. (1987). *D309: Cognitive Architecture*. (M. Keynes, Ed.) Open University.

Sperber, D., & Wilson, D. (1986). *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackbell.

Conway, K., & Bassnett, S. (Edits.). (2006). Translation in Global News. *Translation in Global News*. Coventry: Centre for Translation and Comparative Cultural Studies.

### 12.2. Documentos eletrónicos

Domínguez, F. N. (n/a de n/a de 2008). *La traducción en la prensa: Crónica social de una profesión*. (U. d. Alicante, Ed.) Obtido em 19 de Abril de 2012, de [www.aieti.eu/pubs/actas/III/AIETI\\_3\\_FND\\_traduccion.pdf](http://www.aieti.eu/pubs/actas/III/AIETI_3_FND_traduccion.pdf)

Governo de Portugal. (22 de 02 de 1933). *Constituição de 1933*. Obtido em 23 de Agosto de 2012, de Diário da República Eletrónico: <http://dre.pt/pdf1sdip/1933/02/04301/02270236.pdf>

Silva, S. M. (2002). *CONTRIBUTO PARA UMA HISTÓRIA DAS AGÊNCIAS NOTICIOSAS PORTUGUESAS*. Obtido em 10 de Setembro de 2012, de BOCC - Biblioteca On-line de Ciências de Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.pdf>

### 12.3. Websites

Casa Real Portuguesa. (2012). *Cronologia dos Reis de Portugal*. Último acesso em 31 de Agosto de 2012, de Casa Real Portuguesa: <http://www.casarealportuguesa.org/dynamicdata/Cronologia.asp>

Communication Theory. (2012). *Communication Theory*. Último acesso em 05 de Março de 2012, de <http://communicationtheory.org/lasswells-model/>

Controlinveste. *Jornal de Notícias*. Último acesso em 02 de Setembro de 2012, de Controlinveste - marcas que ficam: <http://www.controlinveste.pt/Pt/Media/Jornais.aspx?item=Jornal%20de%20Not%EDcias>

Gabinete para os Meios de Comunicação Social. (2012). *Agências Noticiosas*. Último acesso em 27 de Agosto de 2012, de Gabinete para os Meios de Comunicação Social: <http://www.gmcs.pt/index.php?op=cont&cid=79&sid=338>

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S. A. (2012). *Our History*. Último acesso em 10 de Setembro de 2012, de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S. A.: <http://www.lusa.pt/info.aspx?page=historia>

P3. (2012). *P3 - Facebook*. Último acesso em 15 de Setembro de 2012, de <https://www.facebook.com/PublicoP3/info>

Porto Editora. (2012). *António de Sousa Macedo*. Último acesso em 23 de Agosto de 2012, de Infopédia - Enciclopédia e Dicionários Porto Editora: [http://www.infopedia.pt/\\$antonio-de-sousa-de-macedo](http://www.infopedia.pt/$antonio-de-sousa-de-macedo)

Porto Editora. (2012). *Jornal de Notícias*. Último acesso em 10 de Setembro de 2012, de Infopédia - Enciclopédia e Dicionários Porto Editora: [http://www.infopedia.pt/\\$jornal-de-noticias](http://www.infopedia.pt/$jornal-de-noticias)

Porto Editora. (2012). *notícia*. Último acesso em 10 de Julho de 2012, de Infopédia - Enciclopédia e Dicionários Porto Editora: <http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/not%C3%ADcia>

Rocha, M. R. (31 de Outubro de 2008). *A evolução semântica de igreja, bispo, ministro e missa*. Último acesso em 31 de Agosto de 2012, de Ciberdúvidas: <http://www.ciberduvidas.com/idioma.php?rid=1987>

### 13. Anexos

#### 13.1. Anexo 1 - Entrevista a Prof. Rui Centeno, Diretor do Curso de Ciências da Comunicação – Jornalismo, Assessoria e Multimédia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Feita presencialmente a 17 de Novembro de 2010

**Diana Santos (DS):** Uma das profissões que mais precisa de tradução é o jornalismo. Temos notado que há muitos erros, a nível das notícias, quando há essa tradução. Notam essa necessidade de incluir uma cadeira de tradução?

**Prof. Rui Centeno (RC):** Uma pessoa, seja qual for a área científica, se se dedicar à investigação tem de conhecer várias línguas. Hoje cada vez mais se produz quase tudo em Inglês. Haver uma disciplina de tradução ou o ensino de línguas vivas?

**DS:** Justificar-se-ia uma disciplina de técnicas de tradução para o jornalismo?

**RC:** No modelo que temos atualmente, de um curso de três anos, já não há grande espaço. Uma das questões que os alunos levantaram, no decorrer das II Jornadas de Avaliação e Reflexão, foi a questão do ensino das línguas. Uns achavam que devia existir o ensino de línguas no plano curricular, outros diziam que não porque hoje é uma necessidade saber inglês e até outras línguas, mas não é num curso de três anos em que já não há espaço para ensinar as competências específicas a determinadas áreas, neste caso das ciências da comunicação, como é que se pode incluir (porque aquilo está limitado a 180 ECTS, para incluir 5 ou 10 ECTS de línguas, tenho de tirar outras) e foram os próprios estudantes que disseram que se têm deficiências nas línguas podem inscrever-se na Faculdade de Letras a cadeiras de línguas. Se um estudante qualquer entender que em tradução precisa também de ter conhecimentos ou um conhecimento mais aprofundado de tradução, então também inscreve-se em disciplinas específicas. Agora, não me parece que hoje, com o espaço disponível (que já está tudo muito condensado em três anos), não me parece que haja espaço

para conseguirmos meter uma unidade curricular de tradução. Nós temos como optativa o inglês e é muito fácil, porque estamos sediados em Letras, escolher uma cadeira de opção de línguas. Agora, tradução propriamente dito, eu acho que se é para traduzir a publicação de um texto do Financial Times sobre Portugal, eu acho que a tradução é capaz de ficar mal feita. Tem de ser um tradutor a fazer essa tradução, conforme se faz na literatura. Meter isto ao nível de uma licenciatura não me parece. Acho que não tem espaço. Com isto não estou a dizer que não é importante. Eu acho que é importante os nossos estudantes saberem línguas, porque uma coisa é traduzir, outra coisa é entrevistar um personagem qualquer em inglês ou espanhol e ter que manter um diálogo com uma personalidade qualquer estrangeira, ou essa personagem sabe a língua materna (o português) ou então temos que falar na língua dele. Por exemplo, o jornalista não sabe alemão, mas poderem entender-se em inglês. O conhecimento de línguas é uma ferramenta importante para o jornalista. Agora, é evidente que era muito melhor se ele tivesse formação na área da tradução, competências na área da tradução, mas não me parece que seja viável num curso de três anos. Não há espaço para isso.

**DS:** Os atuais jornalistas e mesmo os estudantes do curso estão preparados para ter de traduzir e lidar com textos noutras línguas?

**RC:** Como eu disse no início, se é eu dar aos estudantes vários textos ou bibliografia em língua estrangeira e eles terem que preparar determinada matéria e eles perceberem essa matéria, se não estão preparados, deviam estar, mas não somos nós que temos que lhes dar essa preparação. Fazer uma tradução em termos profissionais, não estão. Agora, para ler um texto na prática, eu acho que eles têm de ter essa capacidade, agora fazer uma tradução profissional, não têm, obviamente.

**DS:** Quando falo da tradução dentro da profissão de jornalismo, não pretendo que eles traduzam um texto que está em inglês fidedignamente para o português. Pretendo é que eles saibam adaptá-lo para o português para escrever a notícia corretamente.

**RC:** Se eu vou traduzir um texto, esse texto que eu vou traduzir é assinado. Quando muito o que aparece lá é “traduzido por fulaninho tal”. Portanto, eu sou o responsável pela

tradução. Agora eu para fazer uma tradução, tenho que ter competências para a fazer. Eu acho que o jornalista não tem competências para fazer traduções profissionais. Outra coisa é eu pegar nesse texto do iPod e quero fazer um artigo sobre o iPod e leio vários textos em línguas estrangeiras *[Nota: Na explicação inicial do propósito da entrevista, tinha sido mencionado um texto recente em que o jornalista tinha afirmado que os novo modelo do iPod estava disponível para “pré-ordem”, como tradução literal do Inglês “pre-order”, em vez de “pré-encomenda”, como estaria correto]*. Leio esse texto e, depois, redijo o meu. Agora, se eu utilizo, como disse, a pré-ordem, isso é ignorância de português. Mas uma coisa é utilizar o tradutor automático para ajudar e para perceber alguma coisa de que ele precise, de uma matéria, outra coisa é ir publicar. As coisas para serem publicadas têm de ter qualidade. Sabemos que as coisas escritas em português pelos jornalistas, na maioria dos casos, também não tem qualidade nenhuma. São imprecisas, mal escritas, etc. Mesmo passando pelo editor, por vezes... O fundamental é as pessoas saberem escrever. Uma das coisas que também se falou nas jornadas é uma maior necessidade de uma bagagem, de um background cultural.

Deve haver gente nos jornais com conhecimentos profissionais que estão encarregados de fazer isso. Agora, de uma forma geral eu acho que os jornalistas não estão preparados para fazer e nem deviam estar, porque não é a função deles. Têm que saber línguas porque a sua profissão obriga a isso, têm de ler informação em línguas estrangeiras e têm que contactar pessoas de outras línguas, de outros países, têm de saber pelo menos o inglês. Agora as competências da tradução, não. Quando muito podia haver (não ao nível de licenciatura) uma pós-graduação de tradução para jornalistas, por exemplo. Aí até podia haver algumas empresas dos media que tivessem interesse em mandar uma ou duas pessoas com maiores conhecimentos de línguas para aprender essas técnicas. Isso seria uma especialização, a nível do 1º ciclo de Bolonha não cabe de maneira nenhuma.

Estou a lembrar-me de dois acontecimentos marcantes: a primeira guerra do Golfo em que o Rodrigues dos Santos faz uma tradução em direto com base na emissão da CNN. Às tantas ficaríamos melhor servidos por um tradutor ou um especialista em tradução simultânea, seguramente que fará uma tradução muito melhor porque tem conhecimentos e técnicas.

*(não perceptível na gravação)*

**RC:** Consultar determinadas fontes escritas, em vídeo ou em áudio, que estão em línguas estrangeiras para eu elaborar uma peça qualquer que estou encarregado de fazer pelo

meu editor. E uma coisa é eu ter acesso e pelo conhecimento que eu tenho (que não tem de ser profissional) em línguas, que consiga ler textos, compreender e recolher informação para fazer um artigo. Qualquer cientista ao trabalhar numa coisa consulta artigos em várias línguas, resultados de investigações que possam ter a ver com aquilo que ele está a fazer e utiliza aquilo. Outra coisa é eu fazer uma tradução em termos profissionais. Quem tem de fazer, e para defesa dos próprios tradutores, é o tradutor. Jornalista é jornalista, não é tradutor.

Eu acho que até pode ser importante, depende do órgão de informação (por exemplo, numa agência), pode ser importante haver um tradutor ou vários, depende também da agência. Se tem necessidade de traduções de peças que são assinadas pelo estrangeiro, tem de ser uma tradução bem feita. Não pode ser aquela da pré-ordem que me falou. Isso é uma vergonha.

**(...) – texto não perceptível na gravação**

**DS:** A figura do tradutor juramentado que existe em Espanha. Por exemplo, algumas das traduções legais também estão muito mal feitas. Neste caso, também interessava haver um tradutor especializado.

**RC:** Em Inglaterra, muitas vezes os tribunais, em casos com portugueses e brasileiros, recorrem muitas vezes a portugueses, por exemplo, a leitores que estão numa universidade qualquer. Uma ex-aluna da FLUP quando havia qualquer processo com um fulano qualquer português, era muitas vezes convocada para ir aos tribunais e era bem paga, mas ela não é uma tradutora profissional. Eu acho que uma tradução tem de ser avalizada por um profissional. Devemos exigir que não seja um curioso ou que saiba muito a fazer isso, tem de ser um profissional, se não, não justifica sequer a profissão.

Não sei como é que alguns jornais semanários (como o Expresso) publica um ou dois artigos de jornalistas americanos ou ingleses, não sei como é que eles fazem a tradução, se recorrerão a uma empresa de tradução ou se é feita internamente por qualquer jornalista que tenha maiores conhecimentos de línguas. Também acho que sim, até pela economia de custos.

### 13.2. Anexo 2 - Entrevista a Alfredo Leite, diretor adjunto do Jornal de Notícias

Feita presencialmente a 20 de março de 2012

**Diana Santos (DS):** Necessitam muito de fazer traduções no dia-a-dia?

**Alfredo Leite (AL):** A necessidade de tradução é uma necessidade permanente dos jornais genericamente, do JN em particular. Há uns anos, a necessidade de tradução era muito maior, ou melhor, a necessidade de ter um tradutor ou pessoas especializadas em tradução no jornal era muito maior, naturalmente, do que é hoje. Porquê? Devido à própria formação dos jornalistas, por exemplo. O JN contratou um tradutor em 1984, pela primeira vez o JN contratou um tradutor que tinha como função traduzir as matérias que chegavam por agência, que os jornalistas solicitavam e (eu não sou desse tempo, mas imagino) dar apoio à tradução no dia-a-dia. Essa tradutora manteve-se no jornal até Fevereiro de 2012, ou seja, até há um mês. Só posso falar com conhecimento de causa do JN desde 2000, é desde essa altura que eu estou cá, se a função ela era exclusivamente tradução, não, não era. Porquê? Precisamente porque as necessidades de tradução, sendo até cada vez maiores, porque cada vez mais temos edições digitais, eu diria que temos cada vez menos necessidade no papel, mas mais necessidade nos online, nas nossas várias plataformas digitais, mas também temos cada vez mais jornalistas com formação, quiçá até ao nível da própria tradutora, e como o nosso ritmo, muitas vezes, não se compadece com o pedido de tradução específica. Muitas vezes, os jornalistas, no caso do JN eu era capaz de dizer 99% das vezes os jornalistas traduzem. Para que é que nós, nos últimos tempos, usávamos a tradutora? Para coisas tão simples como esta: coisas que não são do âmbito da redação: para escrever uma carta comercial à Reuters em Londres, para encomendar esponjas e microfones a Inglaterra, ou seja, para esse tipo de coisas já não editorial.

Eu trabalhei no Público desde a fundação até 1998, o Público, por exemplo, nunca teve um tradutor. Porque nasceu nos anos 90, já a formação e o know-how dos jornalistas são diferenciados. Temos pessoas que a primeira língua é o francês, é claro que nos casos mais especializados se pede a essa pessoa para dar uma ajuda. Temos um fotógrafo no grupo que sabe alemão, ou seja, eu se tiver dúvidas ou se precisar de um telefonema urgente para a Alemanha é a ele que eu vou chamar. De facto, o panorama da media mudou muito. Até eu, pessoalmente, em coisas mais complicadas, pedi à tradutora para traduzir uma reportagem.

Hoje em dia já não sentimos essa necessidade e devíamos ser dos poucos jornais que até há bem pouco tempo tínhamos uma tradutora e já não cumpria só funções de tradução.

Outra coisa que nós temos também e que ajuda também a colmatar, às vezes, as necessidades das pessoas, neste momento, as faixas etárias do jornal são baixas, mas até há uns cinco anos (mais coisa, menos coisa) não eram tão baixas quanto isso, o que significava que havia uma franja da redação que era uma geração mais velha do que a minha que se dava bem com o francês e a minha dava-se bem com o inglês e, nesse sentido, o jornal manteve até hoje (e não sei se vai continuar) a opção de ter duas agências internacionais com duas línguas diferentes (Reuters, France Presse). Uma parte do serviço da Lusa que nós assinamos traz tradução, em regra, das peças mais importantes da France Presse e penso que a Lusa traduz para espanhol a agência EFE.

Uma coisa é eu fazer uma adaptação jornalística do meu trabalho, mas a Lusa não trabalha para o público, trabalha para os meios. Devia ter alguém...

**DS:** Tendo em conta que são os próprios jornalistas que fazem a tradução no dia-a-dia, que ferramentas é que utilizam?

**AL:** Não te posso dizer porque não sei. Eu tenho alguns dicionários. O jornal fornece a todos os jornalistas e tem uma área central que é a área de copy desk que tem dicionários. Evidente que todos nós sabemos as ferramentas online que temos disponíveis.

Não usamos nenhuma ferramenta específica, a não ser o analógico dicionário.

As nossas necessidades de tradução não são tão especializadas assim. Primeiro porque não estamos nunca a falar, salvo raríssimas exceções, e eu sei por experiência (porque faço isso) e porque sei que algumas pessoas fazem isso... Imagine-se uma pessoa que trabalhe ciência pode, aqui ou ali, a necessidade de fazer uma tradução mais específica, ora manda o bom senso que para a ciência, ou para o direito ou para tudo, que se eu tenho dúvidas sobre uma tradução técnica, eu checo a tradução com um especialista e não é necessariamente um tradutor, é por exemplo, um cientista porque muitas vezes, nós em matéria de ciência mandamos para trás para as pessoas checarem se aquilo está certo, para não metermos nenhum prego. Isso acontece. Agora, na verdade, a perceção que eu tenho é que cada vez menos temos essa necessidade. Cada vez mais, as coisas aparecem traduzidas e, depois, quando temos necessidade de tradução, temos necessidade daquilo que eu chamaria de

tradução ligeira, são assuntos que não nos são absolutamente estranhos, porque é o caso de França em que as agências começam a debitar também em português. Ao contrário daquilo que acontecia há uns anos, hoje quando lemos e quando vamos cruzar informar, vamos cruzar informação facilmente a sites brasileiros ou espanhóis e há pessoas que leem espanhol também com alguma facilidade e a própria língua é mais aproximada da nossa num certos sentido e, muitas vezes, não estamos a lidar com matérias que nos sejam absolutamente estranhas. Não estamos a traduzir romances nem um papel científico. Estamos a traduzir coisas sobre o nosso dia-a-dia.

**DS:** Será que todas as pessoas estão à-vontade para fazer isso no dia-a-dia (falar inglês), aqui, especificamente?

**AL:** Às vezes, nós temos necessidade de lidar, por exemplo, com linguagem mais técnica, na área do vídeo e da fotografia. Nós sabemos, de facto, o que é que as coisas significam e qual é a tradução. Se há pessoas que caem ali, possivelmente têm algumas dificuldades. Não quero com isto dizer que o pessoal traduz bem aqui, longe disso. A falta de tradução nos jornais é um sinal dos tempos, embora para outros jornais seja um sinal dos tempos desde a sua fundação exemplo do Público). Ninguém nunca teve a preocupação de ter um tradutor porque eles sempre acharam que quem tem de lidar com a área mais especificamente tem competências para fazer uma tradução ou, pelo menos, para checar informação quando se tem dúvidas em circunstâncias pontuais.

As pessoas, depois, agarram-se à língua em que estão mais à-vontade. Às vezes, deteto coisas, até na oralidade, de pessoas que têm inclusivamente cargos de chefia no jornal e que cometem erros básicos de inglês. O jornal, se calhar, deveria em algumas circunstâncias proporcionar formação / reciclagem de línguas e, na verdade, sentimos necessidades de formação em vários níveis (fizemos do Acordo Ortográfico e fazemos aqui ou ali em multimédia, mas para o inglês e para o francês não temos feito, de facto).

**DS:** num mundo ideal, acha que os jornalistas deveriam ter mais formação ou ter alguém que tivesse formação em tradução e à-vontade com o texto jornalístico?

**AL:** No mundo ideal seria as duas coisas: que o jornalista tivesse mais competências para aquele trabalho mais imediato, costumo dizer que estamos aqui metidos no centrífugador e temos que fazer tudo rápido, deviam saber traduzir melhor, como deviam saber editar vídeo melhor ou fazer fotografia melhor ou até escrever melhor e, depois, para algumas coisas, um bocadinho mais densas, era interessante ter um tradutor, para passar os olhos e dizer que isto “não está muito bem”. Hoje em dia, sobretudo nós, que trabalhamos as áreas digitais, que somos um bocadinho mais universalistas nas matérias que tratamos, eu dou por mim em casa a usar expressões completamente em inglês. É um sinal dos tempos, nós temos muito esse tique aqui e uns mais do que outros.

**13.3. Anexo 3 - Entrevista a Fernando Zamith, Professor Auxiliar do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Membro da Direção da Unidade de Investigação CETAC.MEDIA, Coordenador do Observatório do Ciberjornalismo, Jornalista da Agência Lusa**

Feita por e-mail a 20 de Agosto de 2012

**1 – No dia-a-dia da redação da agência Lusa, quão necessário é o trabalho de tradução?**

É muito necessário. É mesmo essencial, sobretudo no noticiário internacional, que é um serviço com que os nossos clientes contam.

**2 – Quem executa as tarefas de tradução? Que ferramentas utiliza?**

São os próprios jornalistas. Há alguns jornalistas, na sede, em Lisboa (um deles de nacionalidade britânica), que praticamente só fazem trabalho de tradução/adaptação de notícias de agências internacionais. Cada um utiliza as ferramentas que entender, muitas vezes com recurso à Internet para tirar dúvidas.

**3 – Quais as dificuldades encontradas nestas tarefas?**

Só pontualmente faço traduções, mas, pela perceção que tenho do trabalho dos meus colegas, as maiores dificuldades são a necessidade de traduzir depressa, a pouca fiabilidade de ferramentas de tradução online (como o Google Translate) e a necessidade de traduzir idiomas menos comuns.

**4 – Que pares de línguas são mais frequentemente traduzidos na Lusa?**

Inglês, francês e espanhol.

**5 – Idealmente, como deveria ser a relação entre os trabalhos de tradução e o dia-a-dia de uma redação? (Isto é, quem deveria responsabilizar-se pela tradução jornalística?)**

O ideal seria que a tradução fosse feita por jornalistas com muito bom domínio das línguas a traduzir. É muito importante que o trabalho seja feito por um jornalista e não por um tradutor (por muito bom que seja) não jornalista.

#### **Anexo 4 - Respostas ao inquérito feito a jornalistas em 2010**

##### **1 - Há quanto tempo trabalha como jornalista? (insira um número aproximado)**

<b>Anos</b>
10
21
10
12
2
11
15
2
1
3
12
3
2
22
3
3
12
18

**2 - No exercício da sua profissão, tem necessidade de fazer traduções?**

Sim	17
Não	1

**3 - Como costuma fazer as traduções de que necessita?**

Não costumo fazer traduções	1
Manualmente (só com os meus conhecimentos)	9
Com ferramentas de tradução especializadas	2
Com recurso à Internet	4
Com ajuda de amigos/colegas	1
Com ajuda de dicionários	1
<b>Total de respostas</b>	18
<b>Observações</b>	
Também recorro aos meus conhecimentos. Como ferramentas de tradução especializadas uso o free translator e o Google translator e confronto esses dados com os meus conhecimentos	
E também com os conhecimentos próprios e recurso a dicionários	
Com recurso à Internet	
Há situações específicas em que recorro a uma amiga que é licenciada em tradução.	
Faço apenas as traduções a partir de línguas com as quais me sinto à-vontade.	

**4 - Que dificuldades costuma encontrar quando necessita de traduzir um texto? (Se não costuma fazer traduções, coloque 000 na caixa de respostas)**

dificuldades que se prendem com o facto de não dominar a língua em questão
A tradução literal é um problema
Linguagem técnica é mais difícil de traduzir.
Expressões com mais de um significado e termos técnicos, pelo que é necessário ter um conhecimento mais aprofundado
Quando há expressões muito típicas de uma língua, é difícil traduzi-las para português com o mesmo sentido
tradução de termos técnicos ou característicos de uma determinada cultura
Tentar uma aproximação razoável ao presumível sentido original em frases e raciocínios complexos ou em assuntos com termos específicos (vulgo "jargão")
Encontrar boas soluções para expressões idiomáticas.
Palavras mais difíceis
Para além da falta de tempo, por vezes os textos a traduzir são muito técnicos.
Vocabulário
Tradução de palavras menos comuns ou frases idiomáticas.
Por vezes tenho de recorrer à internet, porque me falta vocabulário. Apesar de já o ter aprendido, a falta de prática dificulta-me o trabalho. No entanto, como são poucas as vezes em que tenho de traduzir textos, acabo por não investir na minha formação nessa área.
incorreções dos tradutores automáticos.
Tradução de termos técnicos (o que é muito raro). Não costumo encontrar dificuldades.
Traduzir calão e expressões próprias de regiões específicas.
0

A tradução do "contexto" parece-me ser, em muitos casos, a mais complexa e imprescindível ao trabalho jornalístico.

**5 - Num mundo ideal, quem deveria ser responsável pelo trabalho de tradução nas redações?**

Qualquer jornalista da redação	5
Tradutores	5
Jornalistas com formação em tradução	8
Outra solução	0

**6 - Considera que, no ensino do jornalismo, deveria ser dada mais atenção à área da tradução?**

Sim	18
Não	0
Não sei	0

**7 - Como classifica o seu conhecimento nas seguintes línguas?**

	<b>Mau</b>	<b>Razoável</b>	<b>Bom</b>	<b>Muito bom</b>
<b>Inglês</b>	1	2	9	6
<b>Francês</b>	5	11	2	0
<b>Espanhol/Castelhano</b>	1	5	7	4

<b>Alemão</b>	12	4	0	0
<b>Italiano</b>	11	5	0	0
<b>Outra 1 (galego)</b>	0	1	0	0
<b>Outra 2</b>	0	0	0	0

**8 - Onde adquiriu os seus conhecimentos de línguas?**

<b>Inglês (18 respostas)</b>	Escola
	Secundário
	Escola preparatória, secundária e faculdade
	Ensino primário, básico e secundário
	Escola
	Desde a escola primária até à universidade
	Escola
	Durante o percurso escolar e através de diversos familiares
	Escola + Internet
	Até ao 12º ano e agora num instituto de línguas
	Na escola e na faculdade
	Escola, faculdade
	Básico e secundário
	Ensino Básico – 3º ciclo, Instituto Britânico
	Ensino Básico/ superior
Escola	

	Escola Secundária
	Formação escolar e prática

<b>Francês (16 respostas)</b>	Escola
	Escola preparatória e faculdade
	Ensino básico
	Escola
	No ensino secundário
	Escola
	Escola
	Na escola
	Na escola
	Escola
	Básico e secundário
	Ensino básico – 2º e 3º ciclos, ensino secundário
	Ensino básico, período de estudos em país francófono
	Escola
	Escola secundária
	Formação escolar

<b>Espanhol/ Castelhana (16 respostas)</b>	Prática/leituras
	Instituto Cervantes
	Num curso do centro de emprego
	Senso comum

	Na universidade
	Escola
	Familiares algo próximos cuja língua mãe é o castelhano e através dos meus pais que viveram na Venezuela durante 10 anos, falando o português e o castelhano em casa
	Dia-a-dia
	Num instituto de línguas
	Com a prática
	Proximidade linguística com a Língua Portuguesa
	Não adquiri
	A ouvir e a ler
	Ensino superior
	Escola/beneficiar de uma localização fronteiriça/Ensino Superior
	Prática

<b>Alemão</b> <b>(11 respostas)</b>	Conservatório de música
	Ensino Secundário
	Escola
	No ensino secundário
	3 anos no secundário
	Escola
	Na escola
	Na escola
	Não adquiri

	-
	0

<b>Italiano (8 respostas)</b>	Conservatório de música
	Sem conhecimentos
	Viagens
	Dia-a-dia
	Não aprendi
	Não adquiri
	A ouvir
	Prática

<b>Outra – Galego (1 resposta)</b>	A ouvir
--	---------

### 9 - Que línguas costuma traduzir?

Nenhuma	2
Inglês	16
Francês	5
Espanhol/Castelhanos	15
Alemão	1
Italiano	0
Outra(s)	0

### 10 - Outros indicadores

<b>Qual é a sua idade?</b>
35
40
35
22
24
31
39
25
22
25
35
25
24
46
25
28
50
42

<b>Qual é o seu grau de escolaridade?</b>
4º ano da licenciatura em Ciências da comunicação
12º ano
Mestranda
Licenciatura

Licenciatura
Licenciatura
Doutorando
Licenciada
Licenciatura
Licenciatura
Licenciatura
Licenciatura
Licenciatura
Licenciatura
Mestrado
Licenciatura
Frequência de Mestrado em Jornalismo
Licenciatura
Frequência de doutoramento

<b>Onde adquiriu os conhecimentos para a prática da sua profissão?</b>
Universidade Fernando Pessoa, Porto
Centro de Formação de Jornalistas do Porto/Prática
Escola Superior de Jornalismo do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da UP
Universidade do Minho
Escola Superior de Jornalismo do Porto
Universidade do Porto - Licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação
Curso Superior
Faculdade

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Faculdade
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Escola superior de jornalismo
Universidade
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
No exercício quotidiano
Prática profissional e formação académica